

25 DE ABRIL

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

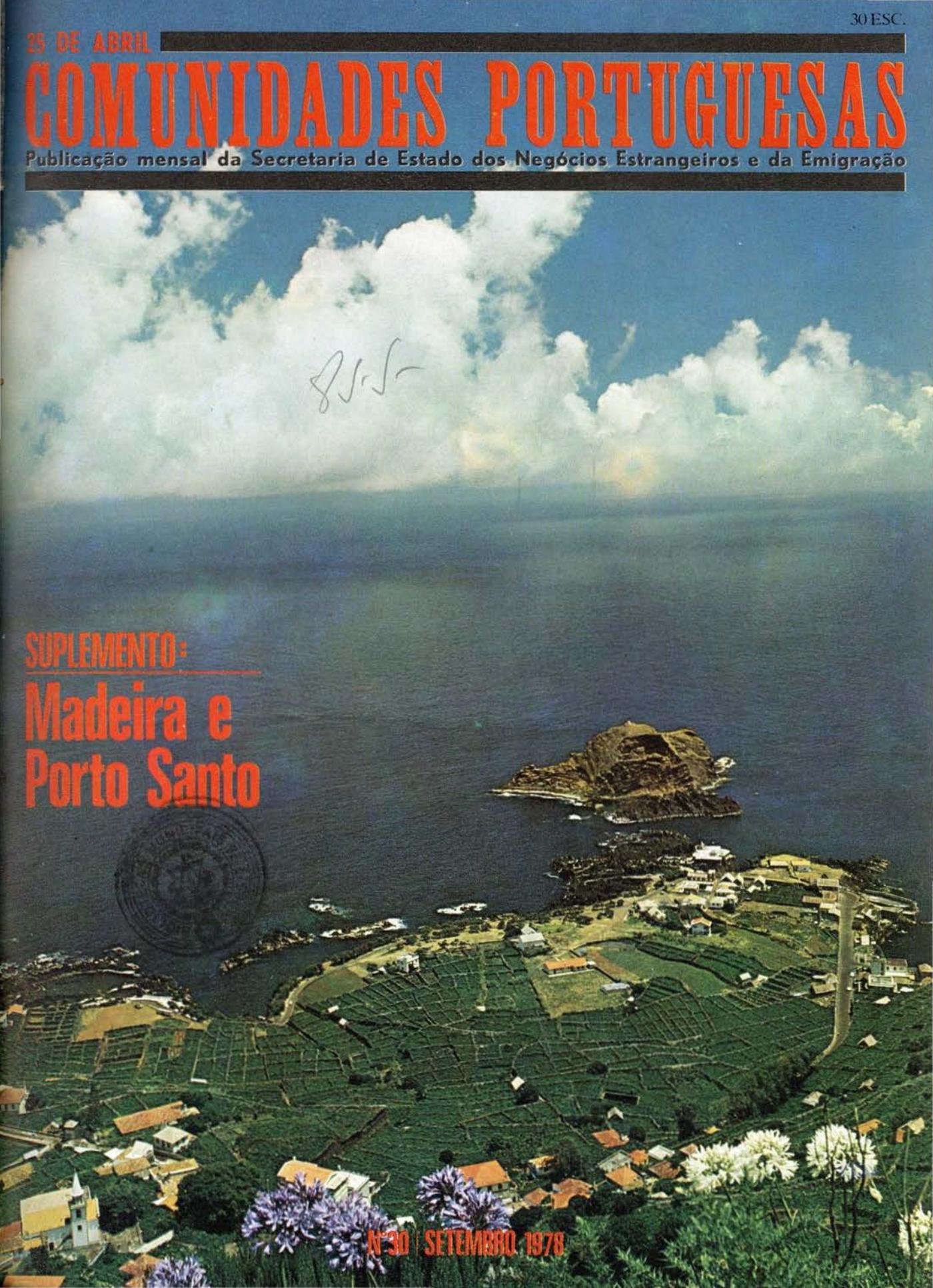
8/5/5

SUPLEMENTO:

Madeira e Porto Santo



Nº 30 | SETEMBRO 1978



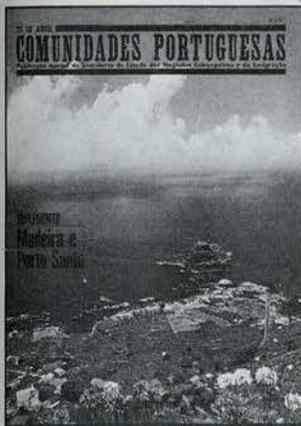
EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880	19 16
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16	
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	14.30-18.00	21 700	13		
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	Moçambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740		49 25 30	20.00-20.30	15 340 17 880	19 16
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16	
Macao, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16		
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	14.30-18.00	21 700	13	
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21 495	13	
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16		20.30-21.00	15 125	19	
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13
	18.00-18.45 14.30-18.00	17 880 15 340 21 700	16 19 13	20.15-21.00	15 125	19		
Índia (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16	14.30-18.00	21 700	13		
	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25	Brasil (Domingos)	14.30-18.00	21 700 15 125	13 19
		14.30-18.00	21 700 15 125	13 19		22.30-01.00	11 790 11 840	25 25
	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25					

DEPÓSITO LEGAL
-D.CUT.1978

ACTUALIDADE POLITICA



PUBLICAÇÃO MENSAL
DA SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO

Direcção

Manuel Árias
Director do Serviço
de Informação
e Apoio Cultural
da S. E. N. E. E.

Edição

Serviço de Informação
e Apoio Cultural
da S. E. N. E. E.

Sede

Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades
1.º Piso
Largo do Rilvas
Lisboa
Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

**Composição
e impressão**

Mirandela & C.ª
Travessa Condessa do Rio, 7-9
Lisboa
Portugal

**Colaboração
fotográfica**

ANOP

Direcção-Geral do Turismo
Direcção-Geral da Divulgação
«Diário de Notícias»
«A Capital»



No próximo número serão temas em destaque: o debate parlamentar sobre o Programa do III Governo Constitucional e a subsequente aprovação de uma moção de rejeição que, com os votos dos deputados do PS, CDS, UDP e seis independentes, provocou a queda do Executivo chefiado pelo eng.º Nobre da Costa, e o início dos contactos para a formação de novo Governo que permita superar a actual crise política.

Portugal Hoje

- 3 III Governo Constitucional
- 5 Discurso do Presidente da República
- 8 As indústrias químicas no país
- 10 A pesquisa e o consumo do petróleo em Portugal

Portugal e o Mundo

- 33 Cimeira de Bissau
- 37 Visita de Giscard d'Estaing
- 41 Portugal na Conferência dos Poderes Locais e Regionais da Europa

Comunidades Portuguesas

Os leitores escrevem

Circuito de Cinema da SENE



O dr. Paulo Manuel Lage David Ennes foi empossado no cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração do III Governo Constitucional.

Diplomata de carreira, o dr. Paulo Ennes exercia anteriormente as funções de director-geral adjunto dos Negócios Económicos no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

III GOVERNO CONSTITUCIONAL

O III Governo Constitucional, chefiado pelo eng.^o Nobre da Costa, foi empossado pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, em cerimónia realizada no Palácio da Ajuda. O novo Executivo, integrando personalidades sem filiação partidária, tem a seguinte composição: coronel Firmino Miguel (ministro da Defesa Nacional), dr. Costa Freitas (adjunto do Primeiro-Ministro), dr. Silva Lopes (Finanças e Plano), coronel Gonçalves Ribeiro (Administração Interna), dr. Mário Raposo (Justiça), eng.^o Correia Gago (Negócios Estrangeiros), prof. Vaz Portugal (Agricultura e Pescas), eng.^o Santos Martins (Indústria e Tecnologia), eng.^o Pires de Miranda (Comércio e Turismo), dr. Costa Leal (Trabalho), prof. Lloyd Braga (Educação e Cultura), dr. Pereira Magro (Assuntos Sociais), eng.^o Amílcar Marques (Transportes e Comunicações), eng.^o Almeida Pina (Habitação e Obras Públicas), e os secretários de Estado major João de Figueiredo (Comunicação Social) e dr. Luís Lobo (Presidência do Conselho).



Palácio da Ajuda (Lisboa): dois aspectos da tomada de posse do III Governo Constitucional, no momento em que discursava o Primeiro-ministro, eng.^o Nobre da Costa.

PORTUGAL HOJE

A posse do III Governo Constitucional culmina um período extremamente complexo da vida política portuguesa, iniciado com a exoneração do II Governo, devido à denúncia, pelo CDS, do acordo que este partido estabelecera com o PS, em Fevereiro passado e que permitira a formação do anterior elenco governativo, chefiado pelo dr. Mário Soares.

OS ANTECEDENTES DA CRISE

Para uma melhor compreensão dos antecedentes e da evolução da crise política que determinou a exoneração do II Governo e a formação do III Governo Constitucional, convirá recordar que, em finais de Maio, após delegações do PS e do CDS terem procedido a uma análise conjunta da actividade do Executivo e terem chegado a um acordo sobre o funcionamento do mesmo no futuro, viria a verificar-se novo desentendimento entre os dois partidos representados no Governo.

Efectivamente, por unanimidade, o Conselho Nacional do CDS viria, mais tarde, a exigir uma remodelação governamental, nomeadamente quanto ao Ministério da Agricultura e Pescas, um dos departamentos de Estado cuja acção era posta em causa pelos dirigentes centristas. O Conselho Nacional do CDS — que também aprovou «as diligências necessárias com vista a um melhor funcionamento e articulação dos órgãos de soberania, em especial no que respeita às relações Presidente da República-Governo» — tinha como objectivo expresso, ao exigir a remodelação governamental, a criação de condições que permitissem ao Executivo «corresponder melhor às exigências do momento» e «assegurar a mobilização do País na promoção do desenvolvimento, da justiça e da liberdade.»

No texto aprovado nesta reunião do Conselho Nacional do partido centrista afirmava-se ainda, nomeadamente, que o II Governo Constitucional havia sido formado com base em «dois factos políticos fundamentais»: por um lado, o acordo PS/CDS e, por outro, o apoio do Presidente da República a tal fórmula governativa. Por estes motivos, o CDS fazia depender a sua permanência no Governo «da existência e correcto funcionamento destes dois pressupostos.»

Dias depois, Mário Soares teria uma reunião com Freitas do Amaral, que, entretanto, frente às câmaras da televisão, exigira que a remodelação governamental fosse rapidamente concretizada, acrescentando que, de contrário, o CDS poderia denunciar o acordo com o PS.

REMODELAÇÃO RECUSADA PELO PS

Por seu lado, o Secretariado Nacional do PS recusa as propostas centristas e adverte que «a escolha dos ministros é da exclusiva



Três outras imagens da posse do III Governo: o Primeiro-ministro, no final da cerimónia, é cumprimentado pelo Presidente da República. Em baixo: o elenco ministerial do novo Executivo.

responsabilidade do Primeiro-Ministro». Os dirigentes do PS decidem ainda solicitar ao Presidente da República que intervenha mais directamente na resolução da crise, chegando a sugerir uma reunião do Conselho de Ministros presidida pelo general Ramalho Eanes, «se tal vier a ser necessário».

Na sequência das reuniões do Conselho Nacional do CDS, os dirigentes centristas apresentaram um programa de cinco pontos e anunciaram a demissão dos ministros do seu partido das pastas que ocupavam (Negócios Estrangeiros, Comércio e Turismo e Reforma Administrativa), «para permitir ao Primeiro-ministro realizar a remodelação governamental.»

De imediato, a Comissão Directiva do PS decide manifestar publicamente todo o seu apoio ao Primeiro-ministro e ao Governo e, face à demissão dos três ministros do CDS, pergunta num dos seus comunicados: «Que mudou bruscamente na sociedade portuguesa para que o CDS assuma a responsabilidade histórica de precipitar o País numa crise de consequências imprevisíveis e que, desde logo, poderá conduzir à divisão brutal entre esquerdas e direitas?»

A Comissão Directiva do PS resolve também convocar uma reunião extraordinária da Comissão Nacional deste partido, fazendo um apelo a todos os socialistas e democratas para que se unissem «na defesa da democracia e das instituições saídas do voto popular».

CDS DENUNCIA O ACORDO

Paralelamente, Ramalho Eanes recebia Mário Soares e Freitas do Amaral primeiro em audiências separadas e depois em conjunto, tendo concluído — segundo o comunicado da Presidência da República divulgado nessa altura — «serem inconciliáveis as posições dos dois parceiros do acordo de incidência governamental, tendo o CDS denunciado esse acordo». Perante esta situação, e ainda segundo o referido comunicado, o Presidente da República considerou que se haviam deixado de verificar «os pressupostos que permitiram a fórmula governativa» até então em vigor e que haviam servido de base política ao II Governo Constitucional, pelo que o Chefe do Estado decidiu proceder «às diligências previstas na Constituição, designadamente no artigo 147.º alínea a)».

No seguimento deste comunicado, Ramalho Eanes, depois de ouvir as opiniões das delegações dos partidos com representação parlamentar e de ter reunido, com carácter consultivo, o Conselho da Revolução, exonou o dr. Mário Soares das funções de Primeiro-ministro, informando-o, no entanto, que o Governo deveria garantir a continuidade da administração pública até à posse do novo Executivo.

Poucos dias depois, a 1 de Agosto, o general Ramalho Eanes, que entretanto recebera representações do PS, PSD, PCP,

III Governo Constitucional

CDS e UDP e dos principais parceiros sociais (nomeadamente da CIP, CAP, CCP, Inter-sindical, Carta Aberta, Associação Industrial Portuguesa e Associação Industrial Portuense), pronunciava a sua aguardada comunicação ao País, da qual salientamos, neste número, as principais passagens.

AS POSIÇÕES DO PS E DO CDS

Pronunciando-se sobre o discurso presidencial, o PS através de um comunicado do seu Secretariado Nacional, preconizava que o Chefe de Estado, nos termos do artigo 190.º da Constituição, deveria «designar imediatamente o Primeiro-ministro da sua confiança, ouvidos o Conselho da Revolução e os partidos representados na Assembleia da República e tendo em conta os resultados eleitorais». Neste comunicado sublinhava-se ainda que «prazo de quatro ou cinco dias dado aos partidos para apresentarem uma solução alternativa é manifestamente insuficiente e só pode justificar-se pela descrença prévia do Presidente da República na viabilidade de tal solução». O PS atacava ainda, neste documento, a segunda alternativa apresentada por Ramalho Eanes para a resolução da crise, ou seja, a proposta de criação de um Governo de mediação presidencial.

Ao contrário, o CDS, também em comunicado, anunciava ter procedido ao exame do desenvolvimento da crise política, congratulando-se «com o facto de o Presidente da República ter reconhecido, em comunicado oficial e no seu discurso do passado dia 1, os méritos da cooperação entre o PS e o CDS no II Governo Constitucional e os efeitos que nela resultaram». No final deste comunicado do partido centrista afirmava-se que o respectivo Conselho Nacional aprovara uma série de orientações, decidindo, entre outros pontos, que o CDS continuava aberto «a apoiar um Governo de mediação presidencial e a contribuir para que o mesmo possa dispor da base parlamentar maioritária e estável», desde que «fossem satisfeitas algumas condições essenciais sem as quais aquele apoio seria impossível por parte do CDS.»

NOBRE DA COSTA, PRIMEIRO-MINISTRO INDIGITADO

Conhecidas as posições dos diversos partidos sobre o discurso de 1 de Agosto e depois de ter recebido novamente as delegações partidárias com vista a fundamentar uma decisão definitiva sobre as soluções propostas para a resolução da crise, o Presidente da República anunciou oficialmente que indigitara o eng.º Nobre da Costa para formar Governo.

Depois de ter sido recebido por Ramalho Eanes, o Primeiro-ministro indigitado iniciou imediatamente as diligências e consultas com os principais partidos e parceiros sociais, com vista à formação do III Governo Constitucional.■

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No primeiro dia do mês de Agosto, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, proferiu um discurso perante as câmaras de televisão, no qual, dirigindo-se aos portugueses, apresentou duas alternativas para a formação do novo Governo: ou um gabinete que recolhendo a aceitação de dois ou mais partidos tivesse por base um acordo parlamentar maioritário e estável, ou um Governo da confiança do Presidente da República e que, seria promovido por um Primeiro-Ministro por ele indigitado, respeitando a função e a existência dos partidos no actual quadro constitucional. Neste caso, o Governo que não implicaria qualquer forma de coligação, seria composto de ministros escolhidos entre personalidades de reconhecida capacidade política e competência técnica.

O Presidente da República na sua comunicação ao País começou por afirmar que «o País está consciente de que os dias que vivemos são decisivos para o seu futuro», acrescentando que era forçoso «examinar alguns aspectos da crise nacional que justificam e explicam as decisões necessárias».

CRISE POLITICA

O general Ramalho Eanes referiu-se de imediato à crise política, social e económica, aspectos que considera mais graves e é imperativo resolver, sublinhando a propósito da primeira: «a crise política real que subsiste apesar de estar ao nosso alcance resolvê-la, é a que se centra nas incompreensões e nas impossibilidades de negociação que se foram estabelecendo entre os partidos e, também, na falta de uma

colaboração permanente e articulada entre as diversas instituições que compõem o Estado. Os desajustamentos a uma prática de diálogo democrático aberto exprimem-se principalmente nas crises governamentais, durante as quais a opinião pública ganha consciência mais angustiada das aparentes incertezas do sistema político português. Neste quadro de insegurança política, não nos pode surpreender que diminua a credibilidade das instituições e que o próprio regime democrático se veja ameaçado, não só por acção dos seus inimigos, que de numerosas formas se manifestam mas, sobretudo, por aquilo que os seus defensores e responsáveis deviam fazer e não fazem».

CRISE SOCIAL

Acerca da referida crise o Chefe de Estado acentuou o seguinte: «Vivemos uma

6 crise social: existe sensação generalizada de incerteza quanto ao futuro, há uma certa insegurança quanto às regras de vida na sociedade. Estamos numa transição entre um mundo velho que não queremos e um mundo novo que ainda não sabemos construir. Também essa crise tem um lado positivo que é consequência da opção por um destino histórico mais digno de Portugal e dos Portugueses, tendo por metas a justiça e a liberdade numa sociedade aberta e democrática, sem dominação de povos ou de pessoas. Naturalmente, a crise política agrava a crise social e transfere para o regime político, principalmente por causa das suas hesitações, uma ansiedade que se transforma em descontentamento e em revolta potencial».

CRISE ECONÓMICA

Em terceiro lugar e a propósito da crise económica, o Presidente da República, realçou os seguintes aspectos: «A nossa economia foi sempre débil. A prosperidade económica do País esteve e estará dependente da organização adequada dos poucos recursos materiais de que dispõe, da plena utilização das suas potencialidades humanas e da mobilização dos escassos meios financeiros. Nos anos que antecederam o 25 de Abril assistiu-se a um crescimento muito rápido dos índices económicos e do nível de vida geral da população. Esse crescimento não estava porém assente em bases que pudessem resistir ao fim da era colonial e aos efeitos da crise económica mundial dos últimos dez anos, em especial a partir de 73 (...). Cumpre-nos porém reconhecer que o período difícil e perturbado que se viveu depois do 25 de Abril também contribuiu para o rápido agravamento das condições económicas. Ficaram-nos desse período ideias e até hábitos profundamente errados sobre o valor do trabalho e a possibilidade de mudança súbita das nossas condições de vida».

Para confirmar a gravidade da situação, o general Ramalho Eanes, apresentou alguns dados: o saldo negativo das nossas trocas comerciais com o exterior atingiu no ano passado um montante que corresponde a mais de 300 mil contos por dia; a nossa dívida ao estrangeiro era estimada em cerca de 181 milhões de contos, no final de 1977; e nesse mesmo ano, apesar das medidas tomadas, a subida dos preços foi da ordem dos 27 por cento, enquanto que a participação dos rendimentos salariais no rendimento nacional subiu de 52 para 70 por cento e o número de desempregados, embora tenha baixado, correspondia mesmo assim a 13 por cento da população activa.

DESEQUILÍBRIOS CORRIGIDOS

Mas, apesar da gravidade desta situação, acentuou o Presidente da República, «os

Governos constitucionais lançaram já algumas medidas de correcção destes desequilíbrios, que importa neste momento referir. Estão neste caso, e só para salientar algumas das mais significativas, as acções clarificadoras dos campos de actuação dos sectores público e privado, a Lei da Reforma Agrária, as medidas relacionadas com a contenção de importações não essenciais e o estabelecimento do chamado cabaz das compras».

A SOLUÇÃO DA CRISE

Logo a seguir e depois de ter mencionado as soluções de concertação social que, partindo de interesses divergentes, as forças sociais souberam encontrar, o general Ramalho Eanes reportando-se de novo aos três aspectos da crise que é imperativo resolver, acentuou o seguinte: «A crise política só encontrará solução na democracia e na prática integral das suas regras. Isto é, só encontrará solução numa negociação entre responsáveis partidários e institucionais que seja comandada pelo interesse nacional. A crise económica não poderá ser superada sem que se assegure a estabilidade política, condição para que possamos olhar para as questões económicas com a ponderação que a gravidade dos problemas exige. Mas será também indispensável que a mobilização de todas as forças produtivas e dinamizadoras da actividade económica seja conseguida, o que impõe, também aqui, a prática de uma negociação aberta e permanente, de modo a atingir, em cada momento, a harmonização possível de interesses que são divergentes. A crise social, com a consolidação da nossa identidade nacional e do nosso projecto democrático, só poderá ser vencida quando tivermos conseguido encontrar o rumo certo nas soluções políticas e económicas. Por seu turno, a afirmação da nossa identidade cultural e o delinear do nosso projecto social são condição para que o rumo das soluções políticas e económicas seja percorrido com firmeza e convicção».

RECUSA DE FORMAS DE INTERVENÇÃO PESSOAL

Esta crise se por um lado impõe «a afirmação clara da autoridade do Estado e a criação de um instrumento eficiente de Governo», por outro, encontra da parte do Presidente da República a recusa de formas de intervenção pessoal que interrompam o percurso democrático: «Também por isso recuso e recusarei sempre todas as formas de intervenção pessoal que possam, ainda que com a melhor das intenções, interromper o nosso percurso democrático».

Mais adiante o Chefe de Estado referiu-se ao programa apresentado pelo II Governo Constitucional que definia um conjunto de actuações indispensáveis a uma resposta

à crise nacional, e à colaboração prestada pelas Forças Armadas e militarizadas, dizendo: «Só a alta noção de dignidade militar dos homens que, acima de tudo, defendem a Pátria foi capaz de controlar e de corrigir o comportamento dos poucos que pensaram poder usurpar funções para o exercício das quais não tinham legitimidade. Pela sua parte, o Conselho da Revolução não colocou, em nenhuma circunstância, qualquer obstáculo à actividade do Executivo».

GOVERNO COM APOIO PARLAMENTAR MAIORITÁRIO (PRIMEIRA ALTERNATIVA)

Em seguida, tendo referido o papel preponderante do PS «que ocupa um lugar central no espectro de distribuição eleitoral do País», e o fim do acordo PS/CDS, o Presidente da República apresentou a primeira alternativa: «Assim, a primeira solução a considerar consistiria na formação de um novo Governo que recolhesse a aceitação de dois ou mais partidos, na base de um acordo que lhe garantisse um apoio parlamentar maioritário, estável e coerente, dentro da actual distribuição de votos da Assembleia da República. Porque essa seria a solução desejável em termos de normalidade democrática, consultei os dirigentes partidários no sentido de saber quais as possibilidades de se vir a atingir uma fórmula negociada que correspondesse às condições referidas».

E continuando, o general Ramalho Eanes disse ter verificado não haver alteração significativa em relação às posições que os partidos têm tornado públicas, uma vez que o PS excluía a hipótese de um acordo com o PSD ou com o PCP e os dirigentes do PSD entenderam que a partida não existiam condições que lhes garantissem o alcance prático de promoverem diligências em relação à formação de um Governo de Salvação Nacional.

ELEIÇÕES GERAIS ANTECIPADAS E GOVERNO DE GESTÃO

Perante esta «extrema dificuldade de os partidos encontrarem entre si e no presente quadro parlamentar, uma solução estável e coerente», o Chefe de Estado debruçou-se sobre os problemas que a solução de eleições gerais antecipadas apresentaria para os cidadãos, organizações, partidos, Assembleia da República e Presidente da República. «Antes de mais compete-nos ter presente que a marcação imediata de eleições gerais traduzir-se-ia na extensão do calendário dos actos eleitorais, em termos que quase seguramente nos conduziram a viver em campanha eleitoral ininterrupta até ao fim de 1980. A eleição da Assembleia da República para cumprir o que faltasse ao mandato da presente legislatura enca-



O general Ramalho Eanes proferindo a sua alocução ao País: «Não há democracia sem partidos. Mas é necessário ter bem presente que os partidos estão ao serviço da democracia e não são os seus detentores. O povo e as suas esperanças, o futuro e as suas realidades, a história e a sua frieza serão os nossos juízes».

dear-se-ia com as eleições para as autarquias locais, para as regiões autónomas, para a Assembleia da República com poderes constituintes e para a Presidência da República, não deixando a bem dizer tempo para pensar nos problemas do País.»

O Presidente da República adiantou ainda que um governo de gestão não parecia possível nem aconselhável, pois «dificultaria extraordinariamente a tomada de decisões fundamentais (Orçamento Geral do Estado, Plano a Médio Prazo para 1978-

1984 e acordo de adesão ao Mercado Comum), que só poderão ser assumidas por um Governo com plenos poderes constitucionais.»

GOVERNO COM BASE NA CONSTITUIÇÃO (SEGUNDA ALTERNATIVA)

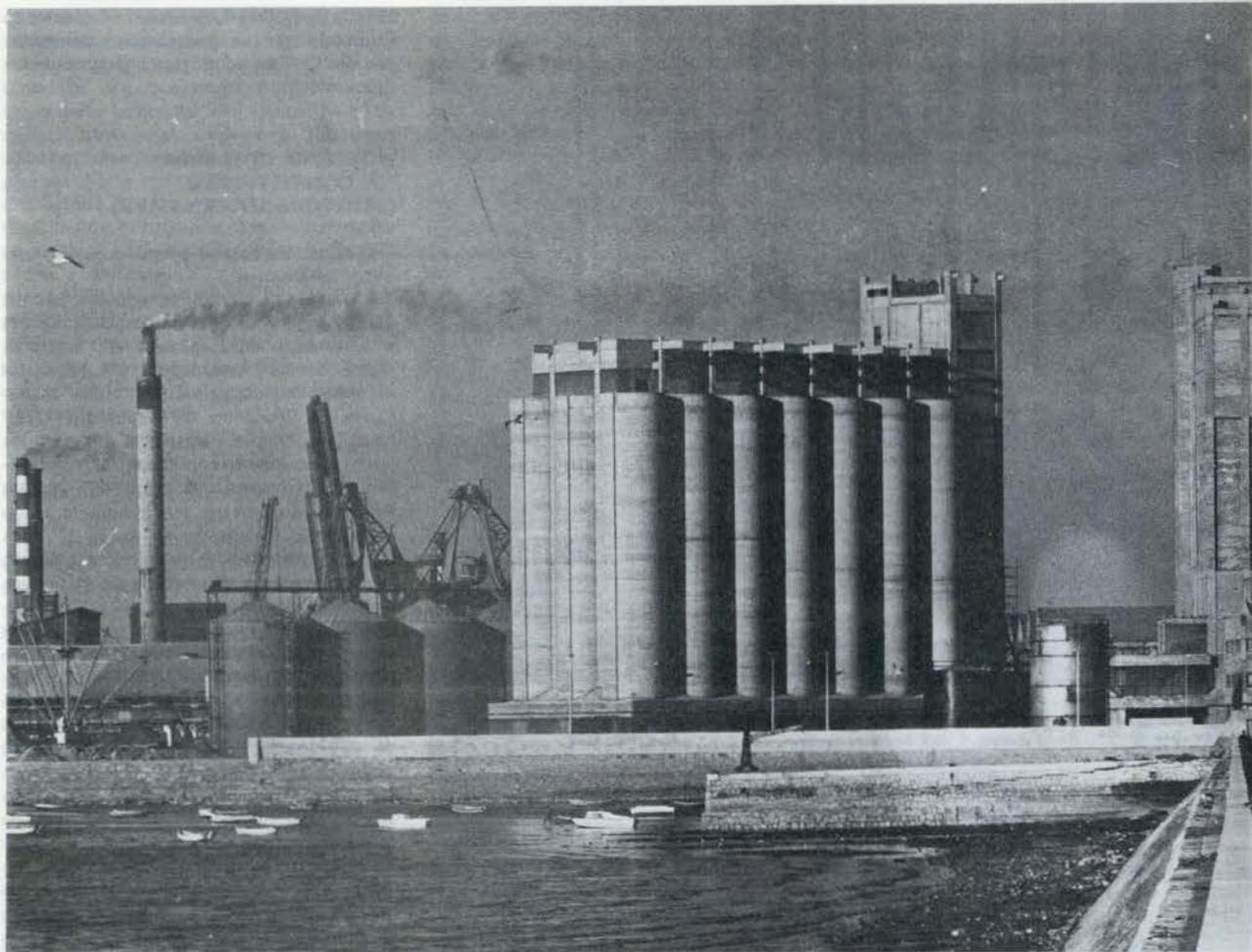
O Chefe de Estado propôs a seguir uma outra alternativa:

«A segunda alternativa consiste na formação de um Governo que coexistindo com a Assembleia da República em funcionamento deverá corresponder aos requisitos seguintes, exigidos pela Constituição: — confiança do Presidente da República; — respeito pela função e existência dos partidos políticos no quadro constitucional. A formação desse Governo será promovida por um Primeiro-Ministro que será indigitado, tendo em atenção o disposto no artigo 190.º da Constituição, ouvidos os partidos políticos representados na Assembleia da República e considerados os resultados eleitorais. O Primeiro-Ministro proporá os ministros, de entre as personalidades de reconhecida capacidade política e competência técnica, escolhidos no quadro dos partidos existentes e fora deles. A inclusão de personalidades de partidos políticos nesse Governo não implicará qualquer forma de coligação».

A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Por fim, insistindo em que «esta crise política poderá ser um momento muito perigoso para a consolidação da democracia em Portugal» e também salutar «se nos servirmos dela para melhorar as condições de funcionamento que não têm sido adequadas», o Presidente da República terminou, afirmando: «O Governo que necessariamente tem de ser constituído será uma solução democrática, isto é: — tem de beneficiar da confiança do Presidente da República; — tem de respeitar a existência e a função dos partidos. Estes limites de actuação, que o Presidente da República não ultrapassará, têm como contrapartida a exigência que o mesmo interesse nacional impõe à responsabilidade e ao sacrifício dos partidos. Não haveria perdão para os partidos que não soubessem sobrepor aos seus problemas, às suas razões, aos seus preconceitos e às suas ambições a necessidade de demonstrar que o regime democrático, longe de constituir uma fonte de sobressaltos, é a melhor maneira de resolver os problemas em todas as circunstâncias.

Não há democracia sem partidos. Mas é necessário ter bem presente que os partidos estão ao serviço da democracia e não são os seus detentores. O povo e as suas esperanças, o futuro e as suas realidades, a história e a sua frieza serão os nossos juízes». ■



Uma das unidades fabris da Quimigal, no Barreiro.

AS INDÚSTRIAS QUÍMICAS NO PAÍS

O País precisa de reduzir ao mínimo a importação de produtos derivados das indústrias químicas, concretamente, adubos, alimentos compostos para animais, pesticidas, têxteis e fibras para o lar.

Este é o principal objectivo que pretende alcançar a QUIMIGAL – Química de Portugal –, empresa pública de grande dimensão que emprega actualmente mais de dez mil trabalhadores e cujos investimentos se prevê que ascendam a mais de 17 milhões de contos, nos próximos anos.



Barreiro: outro aspecto do complexo fabril da Quimigal.

O Conselho de Gerência da Quimigal, a nova empresa pública resultante da fusão de três empresas nacionalizadas (Amoníaco Português, CUF e Nitratos de Portugal), apresentou em conferência de imprensa a lista dos empreendimentos em curso e daqueles que se encontram programados.

Esta empresa do ramo da indústria química foi criada no final do ano passado na mira de reduzir, quanto possível, a importação dos produtos provenientes da indústria química e poder contribuir, a médio prazo, com alguns excedentes, para a exportação. Os empreendimentos que estão em curso e aqueles que se encontram projectados, são os seguintes.

O APROVEITAMENTO DAS PIRITES

É particularmente importante o aproveitamento das pirites, uma das principais matérias-primas de origem nacional, que entram no fabrico do ácido sulfúrico e cujas cinzas são depois peletizadas. Neste sentido, está em construção uma unidade de recuperação do zinco contido nas soluções de lixiviação das cinzas de pirite pro-

venientes de fábricas a montante. Com este projecto de recuperação do zinco, último valor metálico contido nas pirites, no qual serão investidos 900 mil contos, fecha-se o ciclo do tratamento integrado deste minério.

Uma outra fábrica de peletização das cinzas das pirites, esta pelo processo Howa-Seiko, produzirá anualmente, a partir de 1980, mais de 342 mil toneladas de peletes de minério de ferro de elevada pureza e concentração. Além disso, a fábrica produzirá outras matérias-primas: o cobre (1200 toneladas/ano), o chumbo (240 ton./ano), a prata (cerca de 4700 quilos por ano) e o ouro (215 quilos por ano). Esta nova unidade situada no Barreiro (a quarta instalação mundial deste tipo), criará 215 novos postos de trabalho e será equipada de modo a evitar a poluição do ambiente e a aproveitar os efluentes e os resíduos.

O ÁCIDO SULFÚRICO

A nova unidade fabril de produção de ácido sulfúrico chamada Contacto VII (no Barreiro) destina-se a abastecer o País

daquele produto, e a exportar o excedente, estando já assegurada a venda para o estrangeiro, a partir de 1979 de 120 mil toneladas/ano. A fábrica em que foram investidos perto de 700 mil contos (com 62 por cento de participação nacional) empregará 47 trabalhadores e usará os processos mais avançados no campo da produção do ácido sulfúrico e do controlo da poluição do ambiente.

Recorda-se que o ácido sulfúrico serve de elemento base aos adubos que são produzidos por empresas do grupo e que Portugal, em comparação com os países mediterrânicos com iguais condições climáticas, consome em baixa percentagem.

ÁCIDO NÍTRICO E AMONÍACO

A Quimigal incluiu no plano dos seus investimentos a instalação de uma fábrica de ácido nítrico (no valor de 700 mil contos com 41 por cento de participação nacional), que permitirá poupar 500 mil contos por ano. Essa unidade destinada a substituir a actual de equipamento bastante envelhecido, entrará em actividade em 1983.

São também de mencionar a fábrica de produção de amoníaco, no Lavradio, que deverá entrar em laboração em 1982, onde serão investidos cerca de oito milhões de contos e criados mais 119 postos de trabalho, para além dos actuais 167 existentes.

Por outro lado, será ampliada a actual fábrica de ureia (investimento da ordem dos 210 mil contos) e construída uma central térmica (no valor de 460 mil contos) que produzirá energia eléctrica a partir do vapor de recuperação da nova fábrica do ácido sulfúrico.

A FIBRA DE VIDRO

Outro dos investimentos programados destina-se à produção de fibra de vidro para a indústria de plásticos reforçados. A fábrica, a instalar no Barreiro, começará a produzir em fins do próximo ano e usará uma grande percentagem de matérias-primas nacionais (areia, caulino e colomita) e permitirá o abastecimento regular das principais matérias-primas até agora importadas e usadas na indústria de plásticos reforçados, que se encontra em franco desenvolvimento. O investimento é da ordem dos 350 mil contos (com 60 por cento de participação nacional), esperando-se que se poupem em cada ano, 150 mil contos.

Numa outra fábrica destinada à produção de matérias-primas utilizadas nas indústrias de espumas e detergentes, serão investidos 660 mil contos (metade de participação nacional), que permitirão também uma economia de divisas da ordem dos 150 mil contos por ano.

Além desta, uma outra unidade a construir no Barreiro, fabricará produtos para as indústrias de plásticos reforçados, de

As indústrias químicas

calçado, de revestimentos de tecidos e de transformação de plásticos. Esta fábrica representará um investimento de 200 mil contos e uma poupança de divisas de cerca de 60 mil contos anuais e empregará mais 40 trabalhadores.

A FÁBRICA DE ANILINA E A ISOPOR

A Quimigal, para responder às necessidades de Portugal e concorrer com os países da CEE (Comunidade Económica Europeia), procura libertar-se de um grande peso na sua estrutura técnico-económica: a importação de matérias-primas inexistentes no País.

Nesse sentido e para além de extrair o máximo possível daquelas matérias que Portugal possui, como é o mencionado caso das pirites, cujo aproveitamento integral, inclusive do enxofre, está a ser estudado por um grupo de trabalho, a Quimigal diversificou a aplicação dos seus investimentos e ligou-se a empresas estrangeiras.

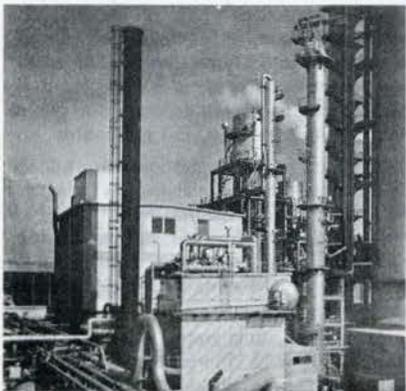
Assim, em Estarreja, perto de Aveiro, vão surgir mais duas fábricas: uma pertencente à nova empresa ISOPOR (associação entre a Quimigal e uma empresa norte-americana) e outra, a nova fábrica de anilina.

Esta unidade de fabricação de anilina empregará 180 trabalhadores e iniciará ainda este ano a sua actividade. Nela foram investidos mais de um milhão e meio de contos (com 40 por cento de participação nacional).

OS CENTROS DE PRODUÇÃO

Resta informar que a Quimigal tem os seus centros espalhados um pouco por todo o País: Alferrarede, Alhandra, Ansião, Barreiro, Lavradio (a zona de maior importância), Estarreja, Gaia, Mirandela, Ponta Delgada (Açores) e Lisboa.

Empregando actualmente a força de trabalho de 10 300 trabalhadores, esta grande empresa pública, com a entrada em actividade das novas unidades programadas, verá esse número aumentar substancialmente. ■



A PESQUISA E O CONSUMO DO PETRÓLEO EM PORTUGAL

Como se revelaram totalmente infrutíferas, até ao presente, as prospecções de petróleo na costa portuguesa («of-shore»), as companhias concessionárias de exploração iniciaram as negociações tendentes a anular os contratos estabelecidos com o Governo Português. Ao mesmo tempo, procedeu-se à assinatura de novos acordos entre o Estado e outras empresas (uma nacional e outra estrangeira), com vista à prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo bruto e gás natural em áreas do território nacional. Há fundadas esperanças de encontrar o famoso «ouro negro» na bacia do rio Tejo.

Entretanto, a importação de ramas de petróleo continua a aumentar, o que obriga a uma saída cada vez maior de divisas.

Tendo-se revelado infrutíferas as pesquisas feitas até ao presente para encontrar petróleo ou gás natural em vários locais da costa imersa portuguesa onde várias companhias estrangeiras actuaram, não houve outra alternativa senão voltar de novo às prospecções em terra, as quais deveriam ter recomeçado nos primeiros meses do corrente ano.

Concretamente, segundo informações há tempos divulgadas, as prospecções na área continental iniciaram-se na zona de Torres Vedras (no Ramalhal), onde já por alturas de 1938 se desenvolvera um trabalho de pesquisa que depois foi abandonado por falta de meios financeiros.

Esta decisão de recomeçar novamente com as prospecções «on shore» (em terra), foi confirmada pelo eng. Jorge Faria, director do Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo (GREP), departamento que faz parte da Secretaria de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras (antiga Secretaria da Energia e das Minas).

RECOMEÇAR AS PESQUISAS EM TERRA

Ultimamente, em seguimento da decisão do Conselho de Ministros, foi assinado um acordo entre o Estado português e a Petrogal (Petróleos de Portugal), que concede a esta empresa pública os direitos de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo bruto e gás natural em três áreas do território (números 48, 49 e 50) que abrangem 2412 quilómetros quadrados e receberam a designação de «Benavente», «Alcoentre» e «Sesimbra».

A totalidade das áreas que foram ou virão a ser entregues para exploração a empresas concessionárias, abrangem duas zonas: uma área que começando em Espinho, passa por Coimbra, Tomar, Santarém e bacia do Tejo até Sines, e uma outra, situada no litoral algarvio.

A área da bacia do Tejo, aquela que primeiramente será pesquisada, corresponde a uma zona já investigada sumariamente em 1956, 1959 e 1963, através dos meios

técnicos então disponíveis. Sabia-se desde essa data, que existe uma cortina de recifes na bacia formada em épocas recuadas e com a mesma idade e características de uma área semelhante da Líbia, onde foi encontrado petróleo em quantidade apreciável.

Por essa razão há «as melhores esperanças» em poder encontrar petróleo e nesse sentido a Petrogal obrigou-se por contrato, a proceder, como trabalho mínimo, à prospecção geológica e física de 350 km de perfis sísmicos (estimados em 77 mil contos), dos quais 250 km no estuário do Tejo. Acrescenta-se que além destas, uma outra área (a n.º 43) foi concedida ao grupo canadiano Sceptre-Bow-valley e que a Petrogal terá ao seu dispor a tecnologia da «Shell ProspeX» com a qual já assinou um acordo.

AS SONDAGENS NA PLATAFORMA MARÍTIMA

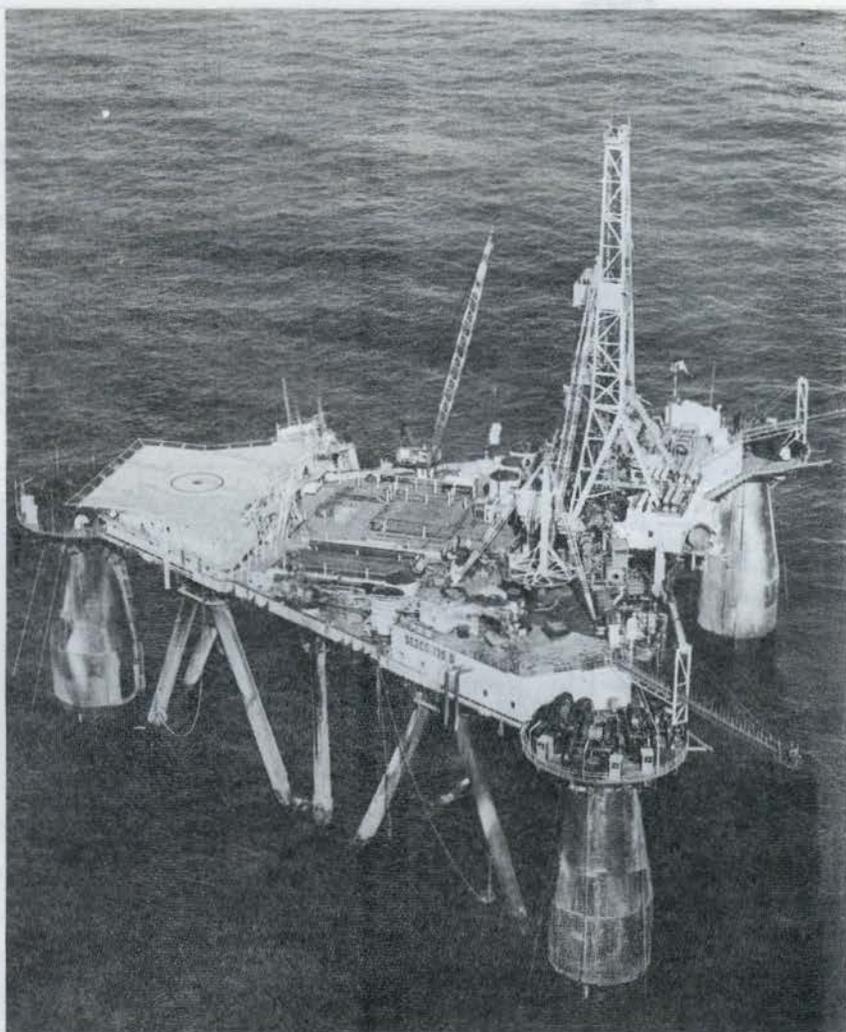
Na plataforma marítima, a pesquisa de petróleo também não vai parar, e a prová-lo está a significativa oferta de tecnologia feita pela conceituada empresa francesa «Elf-Aquitaine». Espera-se que nas próximas pesquisas se utilizem métodos de prospecção em águas muito profundas, aplicados até agora em poucas zonas do mundo. Recorda-se que as sondagens até ao momento realizadas não ultrapassaram profundidades superiores a 400 metros e que no país vizinho se alcançaram bons resultados, a partir de um furo de 470 metros.

É sabido que, apesar das sondagens realizadas em 1974 na plataforma continental imersa terem revelado indícios de existência de petróleo de boa qualidade, uma prospecção ulterior mais aperfeiçoada, não confirmou, infelizmente, a presença de jazigos comercialmente rentáveis. Esse foi o motivo principal que levou os seis grupos concessionários a operar em Portugal, a cancelar as suas pesquisas no País.

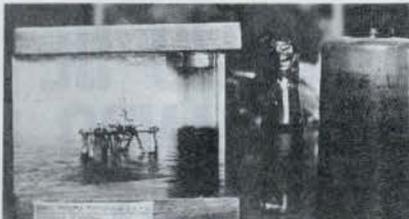
Mesmo assim e apesar da Shell ProspeX ter pedido a dissolução do contrato, a Texaco Portugal manteve os seus direitos de pesquisa em relação às concessões 1, 2 e 3 da área Norte, onde (como no caso da costa de Viana do Castelo) permaneceram alguns objectivos por explorar, por causa da sua dimensão ou indefinição e até outras zonas que não foram concedidas por se encontrarem em águas muito profundas.

AS ANTIGAS PESQUISAS

As razões que levaram o Governo a outorgar novas concessões em terra, são de ordem técnica e económica e derivam em parte da actual conjuntura internacional. Na prática, a exploração em terra permite a pesquisa em locais de menor dimensão e com trabalhos menos dispendiosos. Acrescenta-se que o GREP coordenou todas as informações respeitantes à área continental e aos progressos tecnológicos registados. São ainda de recordar as antigas pes-



Uma das plataformas de prospecção, ao largo da Figueira da Foz.



Primeira amostra de petróleo recolhido ao largo da costa portuguesa em Setembro de 1975: esta e outras amostras revelaram a presença de jazigos que, no entanto, não foram considerados comercialmente rentáveis.

quisas de petróleo em terra portuguesa que se iniciaram nos fins do século passado, na região de Torres Vedras, com meios técnicos hoje antiquados, precários e em escala reduzida. Em 1938, com a concessão de um alvará a dois ingleses, começou a fase moderna das pesquisas, que veio a terminar por força do tremendo ciclone que assolou o País e deitou por terra as duas torres que funcionavam perto daquele lugar. A actividade de pesquisa embora

viessse a ser retomada no mesmo local, em 1946, parou completamente em 1963, por falta de fundos.

A IMPORTAÇÃO DE RAMAS DE PETRÓLEO

Entretanto, tem vindo a aumentar o consumo interno de petróleo e seus derivados, o que se confirma pelo acréscimo constante verificado na importação do produto.

Assim, enquanto que em 1975, Portugal importou 12,8 milhões de contos de petróleo, em 1976 a importação foi de 17,4 milhões de contos e em 1977 atingiu os 23,4 milhões de contos. Nos primeiros seis meses do ano corrente, as quase três milhões de toneladas importadas custaram mais de onze milhões de contos, o que revela nova subida em relação ao ano anterior.

Os maiores fornecedores do produto são o Iraque, a Arábia Saudita, o Irão e a União Soviética, na proporção de 42, 25, 14 e 15 por cento, respectivamente. ■

Não resta melhor
 separação - nos que
 encaixado, uns - uns
 cada um para o lado
 and para os outros e
 não o para te com
 ver? Assim, impon-
 do o afamado sem
 eternas,
 de sim, que melhor
 como de si...
 não juntos

Indivíduo de um indivíduo
 entre nós alguns. Deu
 a um reparação com
 um que se antes tem pe-
 gnosos feitos, porém
 há, e a que não são
 que os outros - outros
 amam -
 A - E há nos computadores
 de uns anos de há anos
 de uns anos de há anos
 de uns anos de há anos

Não:

Na terra escurada a
 esse amontado
 em que o apuro do
 qualquer se com sentar
 fora em que si pontos e
 a punição de espírito,
 a noiva, então na pe
 a cam entre alto

a um arte? O contomo
 na arte; a camel
 na pampa minúscula
 em tempo as pedras
 (logos) o (am)
 brevemente
 do seu pe
 de sua
 a are ventura
 a um

Fragmentos de manuscritos de Fernando Pessoa.



Fernando Pessoa, retratado por Jorge Martins.

ESPÓLIO DE FERNANDO PESSOA

O espólio literário de Fernando Pessoa vai ser adquirido pelo Estado, segundo informou a agência ANOP.

O espólio do poeta Fernando Pessoa é composto por mais de sete mil e duzentos manuscritos, na sua grande maioria inéditos. Entretanto, e de acordo com as declarações feitas por familiares do poeta, afirma-se que as negociações se encontram numa fase inicial, «sem que se possa prever

se chegarão a bom termo e quando.» O espólio do poeta, de inegável valor cultural tem vindo a despertar o maior interesse nos meios intelectuais, pelo que a sua eventual compra pelo Estado se revestiria de incontestável utilidade, não só para investigadores, que assim teriam acesso facilitado à obra, como pelo público em geral, primeiro beneficiário de uma futura publicação de toda a sua obra completa.



O poeta, tal como foi representado por Almada Negreiros.

ÉVORA CIDADE GÊMEA DE FLORENÇA

A cidade de Évora vai ser, dentro em breve, a primeira urbe da península ibérica a estar geminada com a histórica e bela cidade italiana de Florença. Tal facto deve-se ao desejo da Câmara Municipal florentina em estabelecer a geminação entre a sua cidade e uma cidade portuguesa de características semelhantes, desejo esse manifestado ao embaixador português em Roma, Tomás Andersen.

O chefe da missão diplomática portuguesa na capital italiana sugeriu a cidade de Évora, enviando, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um ofício à edilidade desta cidade onde apresentava a proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, durante uma das reuniões da vereação eborense.

A Câmara da cidade alentejana referiu, a propósito da aprovação desta proposta, que a cidade de Florença goza de condições históricas e de património cultural que valorizam este acto de geminação pelas condições próprias de Évora.

DESCOBERTA ARQUEOLÓGICA NA REGIÃO DE CELORICO DE BASTO

Uma equipa do campo arqueológico da Universidade do Minho está a explorar uma necrópole com 4 mil anos de existência, localizada no caminho que liga a freguesia do Rego à estrada nacional Fafe-Chaves, próximo do lugar de Pedroso. Este cemitério é constituído por uma dúzia de covas de incineração que datam de há 20 a 15 séculos antes da nossa era. Os trabalhos, que até à altura compreenderam fases de escavação, têm suscitado enorme interesse entre os especialistas, dado que talvez seja possível, através desta descoberta, fazer luz sobre o ritual da morte entre os nossos antepassados da Idade da Pedra.

MUSEU ÁRABE EM MOURA

A Câmara Municipal desta vila pretende criar um Museu

Árabe, que seria o primeiro do género no Alentejo, considerando a influência e os vestígios da civilização islâmica na região. Recorde-se que Portugal é país onde a influência árabe-muçulmana resultou da presença islâmica no nosso território entre os anos 711 e 1249 da nossa era.

Para o efeito, foram já estabelecidos contactos com os Ministérios da Educação e Cultura e do Comércio e Turismo, e bem assim com representações diplomáticas dos países árabes. Para instalação do projectado Museu Árabe, procedeu já o município de Moura à aquisição

de um prédio no Bairro da Mouraria—nome que não podia ser mais adequado para o local em que se concretizará esta iniciativa, de inegável interesse cultural.

EMILIA ALVES EXPÕS NA RFA

A artista Emília Alves expôs em Heidelberg (República Federal da Alemanha) algumas das suas tapeçarias baseadas em iluminuras medievais. A exposição integrou-se nas festas daquela cidade alemã e decorreu na res-

pectiva Câmara Municipal, sendo promovida por iniciativa da Fundação Gulbenkian e patrocinada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Emília Alves, que viu, assim, as suas obras apreciadas pelo público alemão, continua entre nós uma remota tradição de panos pintados que tem as suas origens na idade média. Tendo sido desenhadora da Fábrica de Tapeçarias de Portalegre e professora de desenho em Elvas durante cinco anos, a artista vê, deste modo, distinguidos os seus inegáveis méritos, e reconhecido valor cultural à sua obra.



A escritora Agustina Bessa Luís.

PRÊMIO «RICARDO MALHEIROS» PARA A ESCRITORA AGUSTINA BESSA LUÍS

A classe de letras da Academia de Ciências de Lisboa, em sessão plenária, aprovou os pareceres das comissões de exame das obras concorrentes aos prémios da referida Academia. Assim, foi atribuído o prémio Ricardo Malheiros ao romance «As Fúrias», de Agustina Bessa Luís; o prémio General Casimiro Dantas, ao ensaio «Do Significado Oculto da Menina e Moça», de Helder Macedo; o prémio de

tradução Calouste Gulbenkian (poesia) foi atribuído «ex-aequo» a uma tradução de Fernando Guimarães, «Poesia Românica Inglesa», e a uma tradução de Egipto Gonçalves, «Poemas da Resistência Chilena»; o prémio de tradução Gulbenkian para ensaio foi atribuído à tradução de António Nogueira Santos da obra «Marxismo e Poesia», de George Thomson.

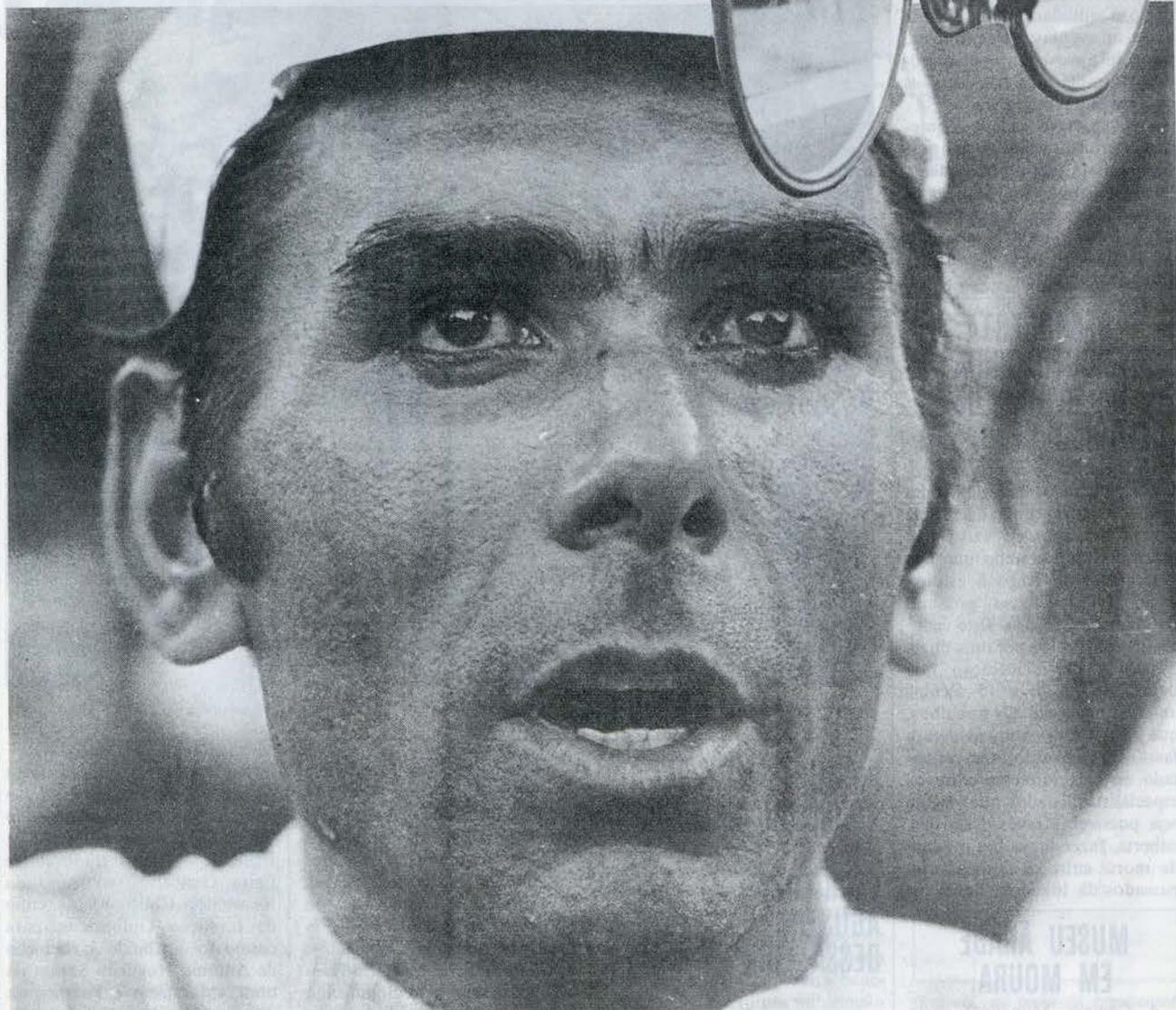
14 JOAQUIM AGOSTINHO: TERCEIRO NA VOLTA A FRANÇA

Terminada que foi a Volta à França, considerada por muitos como a maior prova do ciclismo mundial, os ânimos da comunidade portuguesa neste país tiveram motivos justificados para se encherem de desportivo orgulho: Joaquim Agostinho classificou-se em 3.º lugar!

O triunfo pertenceu ao francês Bernard Hinault, da Fra-Gitane, seguido de Joop Zoetemelk, da Hol-Mercier, sendo terceiro o

português Joaquim Agostinho, integrado na equipa da Port-Flândria.

Joaquim Agostinho, o português que mais vezes tem participado nesta grande prova, obteve a sua melhor classificação de sempre e mesmo a de qualquer outro corredor português. José Martins, que também participou no «Tour» de França, classificou-se em 22.º lugar.



Joaquim Agostinho: um merecido 3.º lugar no «Tour», a melhor classificação de sempre para um corredor português na mais famosa prova europeia.

SIMÕES DE NOVO NOS EUA

António Simões, actualmente com 34 anos, ex-internacional do Benfica, deixou o União de Tomar (onde era jogador-treinador), para ir para os Estados Unidos. Depois de já ter envergado, durante três épocas, a camisola dos «All Star», da Liga norte-americana, Simões firmou contrato com a equipa «New Jersey Americans», actual detentora do campeonato de futebol da América, segundo anunciou o director do Clube.



Simões: nova época nos E.U.A.

SENINHO NO «COSMOS»



Seninho: um primeiro tento a assinalar a sua estreia no «Cosmos».

O futebolista português Seninho estreou-se no «Cosmos», no jogo em que a sua nova equipa defrontou os «Astecas» de Los Angeles, vencendo por 2-1, Seninho, que foi avançado de centro do F. C. do Porto, assinou um contrato com este clube de Nova Iorque por três anos.

GRÉCIA VENCE TRIANGULAR FEMININO CONCEIÇÃO MOURA BATE RECORD NACIONAL

Disputou-se no Estádio Nacional o torneio triangular feminino entre as seleções de Portugal, Espanha e Grécia. A turma grega venceu ao somar 125 pontos contra 120 da Espanha e

65 de Portugal. Nota saliente, o recorde dos 400 metros foi batido pela atleta do Santa Clara, Conceição Moura, a revelar grande forma.



Conceição Moura: nova «marca» nos 400 metros.

CAMPEÕES EM LAMEGO

Uma colectividade que tem por nome «Cracks Clube de Lamego» conquistou a Taça Nacional de Juvenis de Futebol.

Efectivamente, pode-se rotular de significativo este acontecimento da temporada futebolística nacional. E porquê? Porque de uma proeza dos jovens lamegoenses se trata. Lamego cidade quase esquecida no que respeita a troféus de futebol, tem agora o seu primeiro título nacional da modalidade, motivo suficiente de orgulho local, se tivermos em atenção que a vitória não foi fruto do acaso, mas sim de um trabalho em profundidade que, por feliz iniciativa, se tem vindo a processar desde o princípio da existência do simpático clube. O «Cracks Clube de Lamego», que foi fundado em Julho de 1974, conta com pouco mais de meio milhar de associados e, apesar de não possuir ainda campo de jogos próprio, tem vindo a desempenhar relevante papel no seio da juventude da cidade, no que se refere às práticas desportivas mais correntes. Uma coisa fica assente desde agora: futebol de campeões já não nasce somente em Lisboa, Porto ou Coimbra, assim como jogadores de categoria «internacional». Assim, do «Cracks» já saíram alguns elementos: Toni e o «capitão» José João para o Benfica e o «ponta-de-lança» Henrique para o Sporting. Ficamos a desejar, ao mesmo tempo que a esperar, novidades crescentes e prometedoras desta jovem equipa, ainda mesmo que os «grandes» lhe continuem a «pescar» os seus bons valores.



Simbolo do «Cracks Club de Lamego».

ARGANIL SUBSÍDIOS ÀS FILARMÓNICAS

Por solicitação do presidente da edilidade de Arganil, a Secretaria de Estado da Cultura concedeu a cada uma das cinco filarmónicas daquele concelho — as de Arganil, Coja, Barril de Alva, Vila Cova do Alva e Pomares — o subsídio de 52 contos. Estas verbas destinam-se à aquisição e reparação de instrumentos e à manutenção de escolas de música. Trata-se de precioso incentivo às filarmónicas deste concelho, veículos de divulgação musical junto do povo da região e baluartes imorredoiros da verdadeira cultura popular.

AROUCA ELECTRIFICAÇÕES

Foi autorizada superiormente a electrificação de vários lugares deste concelho: Merujal, Albergaria, Ponte de Telhe, Bouceguedim, Cedinha, Cela, Aldeia do Pisco e Telhe. Encontra-se igualmente em elaboração o projecto para electrificar o lugar de Covelo.

O início das obras, teve lugar à pouco, motivo por que toda a população local sinceramente se congratula.

AVEIRO LANÇADO À ÁGUA O NAVIO «PINHAL NOVO»

Com a presença do secretário de Estado da Marinha Mercante, foi lançado à água em Aveiro o navio «Pinhal Novo» construído nos estaleiros São Jacinto. Esta nova unidade, a segunda encomendada pela CP, destina-se à ligação Lisboa-Barreiro, podendo transportar 1400 passageiros, sendo o primeiro navio português equipado com portais hidráulicos. Com a futura entrada em actividade do «Tunes» e do «Pinhal Novo», elevar-se-á de seis para oito o número de barcos da CP que efectuem a carreira diária entre Lisboa e a vila do Barreiro, já que entretanto o barco «Évora» foi retirado do serviço.

BARREIRO FÁBRICA DE FIBRA DE VIDRO

Segundo anunciou o semanário regionalista «Jornal do Barreiro», vai ser montada no complexo fabril da CUF, em fins de 1979, uma fábrica destinada à produção de fibras de vidro para a indústria de plásticos reforçados.

Esta nova unidade fabril que utilizará matérias-primas nacionais, tais como dolomite, caulino, calcários, etc., evitará a saída significativa de divisas e criará para cima de 100 postos de trabalho.

BEJA NOVA ESCOLA

Visando a formação de técnicos especializados em matérias inerentes ao desenvolvimento da região, com particular incidência nos sectores da pecuária, gestão agrícola e indústrias transformadoras, vai ser instalado na cidade de Beja um instituto para o ensino superior curto, revelou o jornal «Diário do Sul» que se publica em Évora. A fase de instalação,

segundo o mesmo diário regionalista, está em princípio aprazada para este mês de Abril, pensando-se no aproveitamento do Seminário de Beja para o efeito, dado ser o edifício que melhores condições oferece para o funcionamento da Escola.

BELMONTE

O plano de actividades da Câmara Municipal desta vila inclui obras de saneamento básico, melhoria da rede de esgotos, edificação de pontões, abertura de arruamentos e diversos outros melhoramentos urbanos. Algumas obras encontram-se já em curso, enquanto outras aguardam comparticipação financeira ou estão ainda em estudo.

Belmonte é uma pequena vila serrana da Beira Baixa, assumindo certa notoriedade por ter sido o berço de Pedro Álvares Cabral. Alguns marcos célebres da sua história podem ainda ser apreciados: Torre de São Cornélio, fontes, curtos troços de estrada romana. De passado mais recente, o castelo, a igreja de São Tiago de Belmonte e convento de Nossa Senhora da Esperança. Belmonte é sede de pequeno concelho — cerca de 130 quilómetros quadrados —

com cinco freguesias onde vivem cerca de sete mil habitantes. A sua principal indústria é a de confecções, mobilizando cerca de 600 trabalhadores, seguida da agricultura, quase de subsistência: vinho, azeite, bata e frutas.

O actual plano de actividades da Câmara Municipal, embora modesto, encontra eco no seio da população, pelo inegável progresso que traz a uma terra até agora quase esquecida.

COIMBRA HOSPITAL CENTRAL

O custo da construção do novo Hospital Central desta cidade, segundo foi revelado recentemente, ascenderá a três milhões de contos, incluindo já os trinta mil contos destinados às infra-estruturas de apoio e o acrescento de mais um piso ao projecto inicial, para os serviços de ginecologia.

A obra encontra-se neste momento na sua fase de projecto — já do conhecimento público — prevendo-se o início das obras para a Primavera de 1979, pelo que está a ser elaborado um calendário das várias fases de construção.



Castelo de Belmonte.

55º ANIVERSÁRIO DA CASA DO MINHO

Na celebração do 55.º aniversário desta agremiação, tiveram lugar várias iniciativas, de entre as quais se destacou a intenção de formar o «Consórcio Industrial e Turístico do Minho» (CITURIM), contando-se com investimentos de emigrantes e habitantes locais, nomeadamente industriais, para além da possível participação no projecto, as Câmaras Municipais da região. Esta informação foi prestada aos órgãos de informação, em conferência de imprensa realizada na Casa do Minho em Lisboa, por altura do início das citadas comemorações, pelo seu presidente, eng.º Paulino Magalhães. Entretanto foi também apresentado o recém-formado Rancho Folclórico da agremiação.

Ainda a propósito da criação do CITURIM, seria afirmado que um primeiro investimento seria feito na capital — de modo a evitar todo o tipo de bairrismo — construindo uma residencial, com restaurante, que

servirá vários objectivos, funcionando como que uma antecâmara daquilo que o turista irá encontrar no Minho: paisagens e monumentos em fotos sugestivas, gastronomia, um museu de artesanato minhoto, etc. Estas afirmações foram, no entanto, antecedidas de uma pequena introdução onde se salientou que o maior número dos turistas que visitam o País, entram pelo Minho, especialmente pela fronteira de Valença.

MIRANDELA PASSARÁ A CIDADE

Foi com este título que o semanário regionalista «Mensageiro de Bragança» anunciou a notícia que passamos a transcrever, com a devida vénia:

«Segundo informações muito recentes, colhidas na Câmara Municipal de Mirandela, aquela vila prepara-se para passar a cidade, dentro de muito pouco espaço de tempo. Com efeito, admite-se a hipótese de ser elevada à categoria de cidade, nas próximas festividades de Nossa

Senhora do Amparo, que têm lugar em fins de Julho e princípios de Agosto».

A concretizar-se esta notícia, o distrito de Bragança passará a contar com três cidades.

PINHEL ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO

O município de Pinhel, que programou, para este ano, obras diversas, no valor de cerca de 72 mil contos, vai dispender 32 milhões de escudos na construção de redes de saneamento nas diversas freguesias do concelho. No tocante a novos arruamentos, está previsto um dispêndio da ordem dos dez mil contos para o corrente ano.

SANDOMIL (SEIA) PONTE SOBRE O RIO ALVA

O semanário «A Comarca de Arganil» anunciou que a Câmara Municipal do concelho de Seia

recebeu propostas para a construção da ponte de Sandomil, sobre o rio Alva. Abertas as mesmas, verificou-se que a mais baixa era de 6 229 955 escudos, de uma empresa com sede em Setúbal. A Câmara deliberou remeter as referidas propostas e demais documentação à Direcção de Viação Rural a fim de emitir o necessário parecer.

SANTIAGO DO CACÉM OBRAS PÚBLICAS

Totaliza 136 mil e 333 contos a execução de obras públicas a levar a efeito, este ano, pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém, de acordo com o respectivo plano de actividades. Assim, em projectos de habitação, aquela edilidade gastará cerca de 28 mil contos; na instalação de um museu, 2 mil e 333 contos; na construção de redes de água e tratamento de lixos, 48 mil contos; na construção e beneficiação de estradas, 57 mil contos e na compra de equipamentos, mil contos.

TEIXOSO RANCHO FOLCLÓRICO

O semanário regionalista «Notícias da Covilhã» anunciou a próxima criação de um rancho folclórico na vila do Teixoso. A iniciativa, que, segundo aquele jornal, parece ter sido recebida com entusiasmo, partiu de um grupo de jovens de ambos os sexos que têm vindo a proceder aos ensaios necessários ao afinamento geral desta feliz promoção de âmbito cultural. O semanário, por seu turno, recordando o passado vivido nesta localidade em questões relacionadas com o folclore e as tradições populares, salienta a determinado passo: «Cabe aqui recordar, como não podia deixar de ser, ainda que curta, a existência na nossa terra do «Rancho Folclórico Serra da Estrela» do Grupo Desportivo Teixosense, em cujos bailados e cantares se repercutiam a natural caracterização e própria vivência do nosso povo, estampados em «Monda do Trigo», «Sacha do Milho», «Ceifas», «Vindimas», e «Varejo da Azeitona», caracterizando, desta maneira, a grande azáfama da vida agrícola da sua região, nas principais épocas que decorrem da Primavera ao Outono de cada ano».



O levantamento popular chefiado por Maria da Fonte, em Póvoa de Lanhoso, segundo gravura da época.

O semanário regionalista «Maria da Fonte» anunciou, com vivo entusiasmo, a inauguração em 15 de Agosto do monumento a Maria da Fonte, na sua terra natal, ou pelo menos naquela que a lenda popular lhe atribui, Póvoa de Lanhoso.

Grande aspiração local, a inauguração da estátua de uma das heroínas mais populares do período do nosso liberalismo é iniciativa que tem vindo a ser adiada desde há dez anos, tendo sofrido vicissitudes de vária ordem que, no entanto, a participação popular em subscrição pública conseguiu ultrapassar finalmente.

I CONGRESSO DAS COMUNIDADES AÇOREANAS

Com um discurso do chefe do Governo Regional, Mota Amaral, encerrou-se o I Congresso das Comunidades Açorianas que decorreu simultaneamente nas três capitais deste arquipélago, durante três dias. Cerca de uma centena de comunicações respeitantes a vários temas — vivência das comunidades, educação, cultura, comunicação social, comércio, indústria, investimentos, transportes e turismo — proferidas perante cerca de quatro centenas de delegados procedentes do Brasil, Califórnia, Nova Inglaterra, Canadá, Bermudas, Lisboa e outros centros comunitários, salientaram a necessidade de estreitar relações entre as comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

Os debates e comunicações, que se desenrolaram, respectivamente, em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta, abordaram aspectos importantes para o desenvolvimento das ilhas sendo de referir que, no dizer da Comissão Organizadora, o número de naturais dos Açores ou de filhos de açorianos a residir noutros países é mais do que o triplo da população do arquipélago.

À sessão de encerramento, que foi presidida pelo Presidente da Assembleia Regional, Álvaro Monjardino, estiveram presentes todos os congressistas e as mais importantes autoridades civis e militares da região autónoma,



A ilha do Pico, vista da cidade da Horta.

nomeadamente, o comandante-chefe das Forças Armadas, general Alves Morgado, secretários regionais, deputados à Assembleia da República e à Assembleia Regional.

Entretanto, relativamente ao Congresso agora realizado, ficou bem patente o interesse do Governo Regional de que o mesmo tenha continuidade. Mota Amaral, no discurso de encerramento,

referiu-se ao assunto sublinhando a importância de se manterem estruturas «mínimas organizativas» que sejam «canais de comunicação abertos entre as várias comunidades e o arquipélago».

Evite o encandeamento.

Vele pela sua segurança

e pela dos outros.

circular e viver.



CONVENTO DE S. BOAVENTURA

No desejo de preservação de um passado que data da descoberta das Flores (1452) por Diogo de Teives, o convento de S. Boaventura, em Santa Cruz das Flores, foi, no Verão passado, entregue à Secretaria Regional da Educação e Cultura, pela Santa Casa da Misericórdia local, a fim de ser restaurado e ter a sua conservação assegurada.

Trata-se de sólida construção dos fins do século XVII, mandada erguer por Frei Diogo das Chagas, em cumprimento de um voto religioso no sentido de que fosse restaurada a independência portuguesa, depois do período filipino. O frade chegou a armar cem homens, que partiram para a Terceira, com o objectivo de colaborarem na expulsão dos castelhanos.

Acontece, porém, que até agora a citada Secretaria regional ainda não tomou posição no sentido de efectivamente proteger tal imóvel, que na década em curso já foi pilhado por duas vezes. Estes e outros problemas, de inegável e urgente resolução, são prioridades que o grupo de habitantes das Flores pensam em defender e proteger na medida das suas possibilidades.

«ILHA TERCEIRA»

Com o título em epígrafe começou a ser distribuída uma nova revista mensal, com a tiragem inicial de 1500 exemplares. O director da nova revista é Luso Martins e o redactor principal Joaquim Gomes da Cunha. A publicação foi distribuída no arquipélago, mas a sua expansão visa, também, as comunidades de emigrantes açorianos no Canadá e Brasil.

AEROPORTO DO FAIAL

O Aeroporto do Faial está a ser dotado de um sistema de sinalização luminosa, que permitirá a aterragem de aparelhos a qualquer hora do dia ou da noite. Para a montagem de tal sistema, na qual colabora a Força Aérea Portuguesa, deslocou-se ao Faial o comandante Maia, conselheiro técnico da Empresa Pública de Aeroportos e Navegação Aérea.

SALVAR O PATRIMÓNIO CULTURAL

Por iniciativa de um grupo de habitantes das Flores, interessados na protecção do património artístico, etnográfico e cultural da ilha onde nasceram, e com o apoio da estação francesa de teledifusão ali existente, manifestou-se, recentemente, certo empenho na recolha de documentos de vária ordem no sentido de se completar a história das Flores e dos seus habitantes.

O referido grupo de habitantes da ilha está actualmente a proceder ao restauro de uma antiga instalação artesanal de extracção de óleo de baleias pelo processo de fusão de caldeiras de ferro, tal como o teriam feito no passado os primeiros colonizadores do arquipélago.

Entretanto, os animadores culturais florenses pretendem organizar um museu etnográfico, baseados no decreto regional que, em Outubro de 1977, estabeleceu a criação de casas de etnografia na região dos Açores. Os referidos animadores culturais, desejam, também, reconstruir integralmente uma casa primitiva tradicional das que se usavam nas primeiras décadas do povoamento, por volta de 1600.

Por outro lado, os mesmos florenses, lamentam-se que estrangeiros radicados na ilha tenham adquirido a maior parte daquilo que fazia parte integrante do seu património, sem que até há data algo tenha sido feito para salvaguardar este último.

FUNDO DE APOIO A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Foi já publicado no «Jornal Oficial» da Região Autónoma dos Açores, o decreto regulamentar que cria o Fundo de Apoio aos Órgãos de Comunicação Social.

Este organismo, directamente dependente da Presidência do Governo Regional, tem como principais objectivos promover a expansão da comunicação social, tanto dentro como fora da região — nomeadamente nas zonas de forte implantação de comunidades açorianas —, estudar a situação particular de cada órgão de informação, sua rentabilidade e expansão, bem como a redução de encargos e formação de profissionais.

ESTRADAS

Em 1979, ficam concluídos os trabalhos de pavimentação a betuminoso nas estradas nacionais da ilha Graciosa, uma das mais pequenas dos Açores. Segundo informações prestadas pelo director das Obras Públicas do antigo distrito de Angra do Heroísmo, Marcelo Bettencourt. As estradas nacionais da Graciosa totalizam 76 quilómetros e encontram-se já betuminadas em 86 por cento. Quanto a São Jorge, a rede é de 113 quilómetros e encontra-se pavimentada a betuminoso em 71 por cento.

HABITAÇÃO

Para tentar pôr cobro ao problema habitacional dos Açores, a Secretaria Regional do Equipamento Social distribuirá, durante este ano, pelas diversas Câmaras Municipais do arquipélago, uma verba de 20 milhões de escudos, destinada essencialmente à recuperação de habitações degradadas. A distribuição de tal soma obedecerá a um critério para o qual contribui de forma importante, o número de freguesias e de unidades a melhorar em cada concelho. Só podem ser contempladas famílias com um rendimento líquido «per capita» não superior a mil escudos e nunca com montantes superiores a 60 000 escudos por fogo.



Uma paisagem da ilha das Flores.

EM TODO O MUNDO PORTUGUESES COLECCIONAM SELOS



Não há a menor dúvida de que o número de pessoas que se dedicam aos mais diversos tipos de colecções, está constantemente a aumentar.

Na verdade, tudo se coleciona — e cada vez mais. Colecionam-se selos e botões; moedas e frascos; medalhas e bengalas; autocolantes e capicuas; saquinhos de açúcar e porta-chaves; rótulos de hotéis e caixas de fósforos; cinzeiros e dedais; copos e soldados de chumbo; notas de banco e programas de espectáculos, enfim, um nunca mais acabar de coisas.

Por outro lado, para além daqueles que se intitulam coleccionadores, deve contar-se ainda com uma quantidade imensa de outros que embora também o sejam, disso não se deram conta.

Entre todos os numerosíssimos objectos colecionáveis, os selos são, por certo, os que contam com maior volume de adeptos. De tal maneira que existem milhões de filatelistas em todo o mundo.

Em Portugal é também muito grande o interesse por esta modalidade. Tão grande que muitos portugueses que tiveram de procurar o seu sustento fora do País e que a ela já se dedicavam, mesmo em terras distantes não abandonaram o seu passatempo favorito.

Podemos mesmo dizer sem receio de errar ou exagerar que em todos os núcleos portugueses espalhados pelos cinco continentes, existe maior ou menor número de devotados coleccionadores de selos.

Em alguns casos, fomaram-se até agremiações filatélicas portuguesas como por exemplo na Inglaterra, Holanda, Estados Unidos e Alemanha Federal.

A propósito merece especial citação o Clube Filatélico Português que tem sede em Stuttgart e que por ocasião do seu terceiro aniversário completado em 16 de Março do corrente ano, diligenciou e obteve dos Correios de Portugal um carimbo alusivo ao acontecimento que funcionou em Lisboa, naquela data.

Tendo em atenção que a Filatelia pode ser um excelente elo de ligação entre os emigrantes portugueses e o seu país natal,

propõe-se desde já que outras agremiações sigam o exemplo desta. Repare-se que para o efeito, podem até ser associações sem qualquer ligação com a Filatelia.

Uma maior clarificação sobre o interesse destes carimbos e a forma de os conseguir, serão temas a desenvolver futuramente.

Podem contar connosco.

SELOS EVOCAM OS DEZANOVE SÉCULOS DE CHAVES

Esta Revista já noticiou que a cidade de Chaves atinge este ano a propecta idade de 1900 anos.

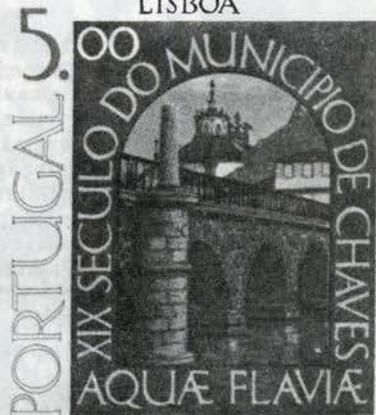
Vários têm sido os actos comemorativos de tão significativo aniversário. Entre eles, este presente a Filatelia, como aliás é tradicional em ocasiões semelhantes.

A sua participação concretizou-se a 14 de Junho através da emissão de dois selos destinados a assinalar os 19 séculos do Município de Chaves. Um deles é ilustrado com um aspecto parcial da magnífica e majestosa ponte romana que une as duas margens do rio Tâmega onde a cidade está implantada. O outro, reproduz um padrão cilíndrico de granito, conhecido como «Padrão dos Povos» que contém uma inscrição latina pela qual se pode comprovar a existência desse município no século I.

Para além dos dois referidos selos, damos também a conhecer o carimbo especial de primeiro dia destinado a obliterar aquelas estampilhas na data do seu lançamento em circulação e ainda a ilustração do sobrecrito especial confeccionado pelos CTT, como habitualmente, com o fim de os interessados nele colarem os selos e aporem o aludido carimbo.



CTT - 14.6.1978
LISBOA



FILATELIA

VEJA COMO É FÁCIL RECEBER MENSALMENTE A REVISTA



EDIÇÃO-EUROPA *

ENVIE O SEU PEDIDO PARA: REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»
Serviço de Programação e Apoio da Embaixada de Portugal
6, Passage Dombasle-75015-Paris-FRANÇA

EM LETRA BEM LEGÍVEL, INDIQUE:

NOME _____
IDADE _____
PROFISSÃO _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____
PAÍS _____

JUNTE A IMPORTÂNCIA DA ASSINATURA EM CHEQUE OU VALE DO CORREIO, PASSADOS EM NOME DE EMBAIXADA DE PORTUGAL-REVISTA «25 DE ABRIL»

PREÇO DAS ASSINATURAS (12 NÚMEROS/VIA AÉREA)

Portugal e Espanha	300\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.B.
Holanda	20 Fls.
Inglaterra	5 £
Suíça	20 F.S.
Outros países (excluindo Portugal e Espanha) o correspondente em moeda local a	400\$00

*** A EDIÇÃO-EUROPA DA REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS» É IMPRESSA EM PARIS (FRANÇA) E EDITADA PELA EMBAIXADA DE PORTUGAL**



SUPLEMENTO
Madeira e
Porto Santo

A Ilha da Madeira é de formação vulcânica do período terciário e situa-se em pleno Oceano Atlântico. Tem uma orientação este-oeste, cujo comprimento máximo é de cerca de 58 km, entre as Pontas do Pargo e de S. Lourenço. A maior largura — 23 km — encontra-se desde a Ponta de S. Jorge à da Cruz. Situa-se a 32° 38', de latitude norte, e a 16° 54', de longitude Oeste de Greenwich. A sua área é de 736,75 km².

O arquipélago da Madeira, além das ilhas habitadas — Madeira e Porto Santo — conta também com as Deser-

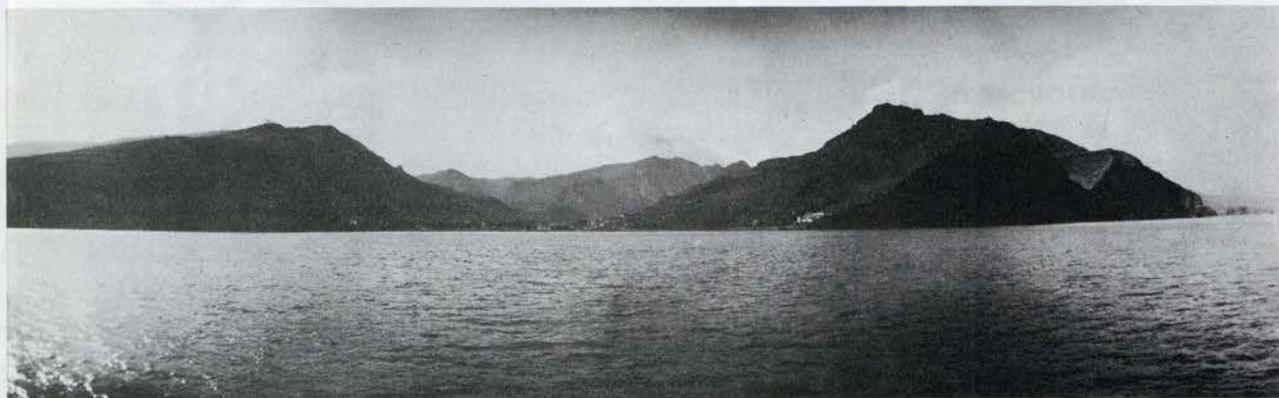
tas e Selvagens. São três as ilhas Desertas: Ilhéu Chão, Deserta Grande e Bugio. Estas últimas têm uma superfície total de 14 km² e estão incluídas no concelhos de Santa

Cruz, Madeira. Estas ilhas têm enorme interesse para a pesca desportiva — embora continuem desabitadas — dada a variedade de peixe que se acolhe no mar que as rodeia.



Distando apenas 22 milhas da cidade do Funchal, a sua fauna e flora marítima, de inestimável valor, fazem delas um relicário natural nos poluídos mares dos nossos dias, motivo suficiente para despertar nas autoridades locais, como foi o caso recente, iniciativas para a sua defesa e preservação de todos os pescadores furtivos.

As Selvagens — Selvagem Grande, Selvagem Pequena e o Ilhéu de Fora —, estão afastadas da Madeira por 280 km de mar. O seu interesse reduz-se, apenas, à existência de centros piscatórios.



HISTÓRIA DA DESCOBERTA

No manuscrito «Libro del Conocimiento de todos los Reynos», de meados do século XIV, existem referências ao arquipélago, assim como a sua representação em mapas italianos e catalães do mesmo século, já com alguma correcção geográfica e com a denominação que viria a ser, mais tarde, definitiva — *porto santo*, *legname* (Madeira) e *deserte* —; o facto de navios mediterrânicos frequentarem as Canárias, torna provável, na lógica das rotas de então, a escala madeirense. A isto se junta o facto do Machico, que ao invés do que se possa supor não provém de Machim, corresponder ao nome, assinalado em documentos portugueses dos fins do século XIV, de um marítimo português. Este conjunto de circunstâncias tornaram inaceitá-

vel a tese de Zurara e de João de Barros sobre o descobrimento quatrocentista do arquipélago, atribuído a João Gonçalves Zarco e a Tristão Vaz Teixeira.

Efectivamente, o que se pode dizer a tal propósito consiste, seguramente, no seguinte: o arquipélago volta à actualidade por alturas de 1415, no início da expansão e concorrência luso-espanhola pelo domínio da costa marroquina. Nesta conjuntura se situa o redescobrimto, ou posse oficial, do arquipélago pelos portugueses, cuja interpretação mais verídica foi dada por Duarte Leite, na sua «História dos Descobrimtos» (vol. I, Lisboa, 1960), onde se afirma que o povoamento foi devido «a portugueses, não se sabe ao certo quais, depois de 1419 e antes de 1425, ano em que se iniciou o povoamento da Madeira por João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira, e o do Porto

Santo por Bartolomeu Perestrelo».

Sabe-se que o projecto de povoamento do arquipélago, donde quer que ele tenha partido, foi aceite por D. João I. Na realidade, cerca de 1425, João Gonçalves Zarco, munido de instruções reais para a distribuição de terras insulares e na companhia de Bartolomeu Perestrelo e Tristão Teixeira, a quem se haviam destinado, respectivamente, Porto Santo, e Machico, aporta à baía que se virá a denominar Funchal. Ia para ficar. Acompanhava-o a família e um primeiro grupo de povoadores da pequena nobreza, gente de condição modesta, entre a qual antigos presos das cadeias do Reino.

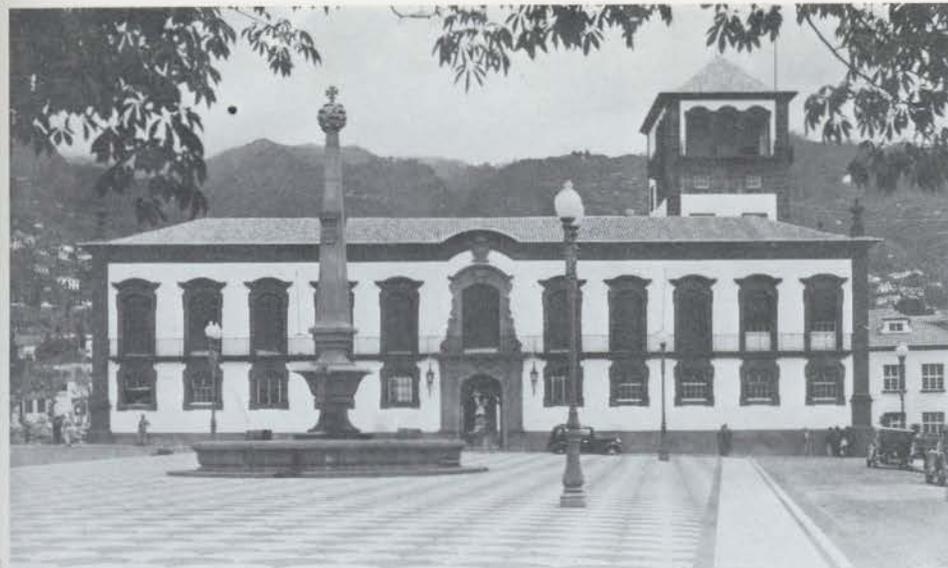
A ILHA E A SUA BELEZA MISTERIOSA

A Ilha da Madeira esteve

durante longos séculos ligada às mais variadas lendas da marinhagem que percorria o Atlântico. Escritores, mais ou menos fantasistas, têm-lhe sucessivamente atribuído origem paradisíaca, nela instalando o reino das amazonas da mitologia grega, ou imaginando aí os resíduos de uma civilização escapada a hectombe ciclópica, civilização consagrada na literatura pelo nome fabuloso de Atlântida.

O facto é que os nevoeiros constantes em que se encontra envolta conferem à Madeira o ar de mistério e lenda que, sem dúvida, mais do que qualquer outra coisa, contribuíram para motivar a imaginação das gentes da época, imaginação povoada de explicações mitológicas, terríficas ou em busca do paraíso perdido, já que rareavam as explicações científicas por esses tempos.

Mas não seria propriamente



Município do Funchal



Igreja da vila de Ribeira Brava (Madeira)



Aspecto da vila de Porto Santo

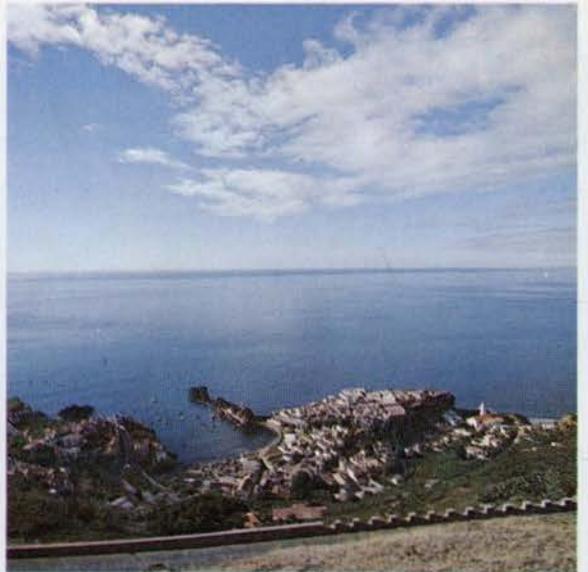
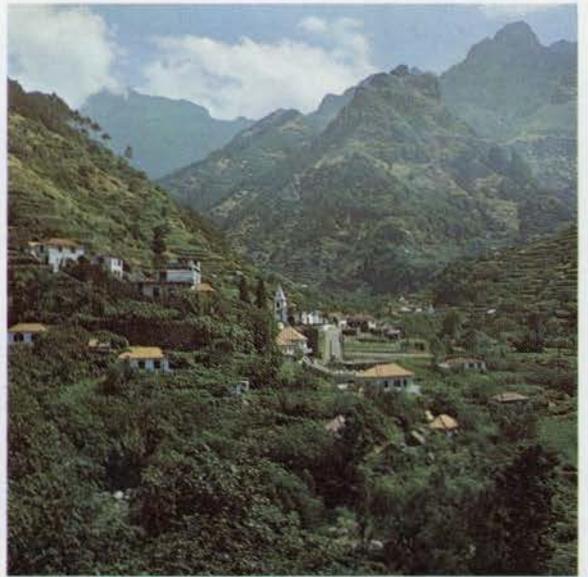
um novo paraíso para esses primeiros povoadores?

Aos recém-chegados, a Ilha, de terras alcantiladas e densamente arborizadas, rasgadas por sulcos profundos das ribeiras, quase secas no Verão, mas com cheias acidentais, embora pouco duradouras no Inverno, oferecia madeiras em profusão, para casas de emergência, construção naval e, mais tarde, exportação. Existia água abundante que, todavia, para fecundar adequadamente as leivas, exigia a canalização (as levadas); avistavam-se aves que, de tão inocentes, pousavam, com o seu quê de paradisíaco, nos ombros dos primeiros madeirenses e, claro está, havia peixe, que decerto não tardou a ser importante vitualha para a subsistência do primeiro núcleo de povoadores.

Para ali deitar raízes, entre fragas gigantes e arvoredos virgens, foi necessário encetar depredações. No início, para improvisar frustes habitações de ramadas pouco seria preciso, mas para desbravar terras de cultivo foi necessário pôr fogo às matas, às quais se lançavam em seguida as sementes; a seguir, chegou o gado trazido do continente, numa réplica fabulosa da Arca de Noé, municada pelo Rei e comandada pelo «patriarca» atlântico, João Gonçalves Zarco. A responsabilidade explícita da colonização da Ilha coube, e não poderia deixar de ser assim, ao Estado, personificado pelo Rei, dados os encargos financeiros da empresa e as repercussões internacionais da iniciativa.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E POPULAÇÃO

O povoamento da Ilha e, conseqüentemente, de todo o arquipélago, desde as suas origens, constituiu pura e simplesmente uma «transplantação» para terras oceânicas que, nessa época, tal como hoje de certo modo, eram encaradas como o extremo ocidental da Europa. Não é de estranhar, pois, que o traço mais fundo desse povoamento seja, afinal, a fidelidade às estruturas económicas, sociais e administrativas do Portugal continental. A Madeira apresenta-se, assim, como uma nova terra anexada à terra-mãe, a mãe-Pátria, que, em vez de conquistada aos mouros, como outras, fora tirada do silêncio atlântico em que jazia e para a qual se transportaram a língua, a religião, as leis, os costumes e as ferramentas tradicionais do conti-





Vista aérea da cidade do Funchal, sede de um distrito com 253 220 habitantes, segundo o último censo populacional

nente. Todavia, como não podia deixar de ser, simultaneamente com esse apego a antigas formas de vida, podemos entrever nos povoadores primitivos uma feição prática — dir-se-ia até pragmática — de adaptação às condições *sui generis* de novos meios geográficos e às suas possibilidades agrícolas. Neste contexto, a «forma» de ser dos madeirenses não pode deixar de influir em aspectos administrativos, visando uma autonomia específica, reflexo directo do meio humano e geográfico.

Actualmente o Arquipélago da Madeira é formado por um único distrito, o do Funchal,

que compreende onze concelhos, sendo um formado pela Ilha do Porto Santo.

Segundo o último censo, o de 1970, a população do distrito cifrava-se em 253 220 habitantes, sendo os concelhos mais povoados os do Funchal, 105 791; Câmara de Lobos, 30 548; Santa Cruz, 22 665; Machico, 20 433 e Ribeira Brava, 15 948.

USOS E COSTUMES POPULARES

Lançando mão dos materiais ao seu alcance, os primeiros habitantes começaram por construir

casas de madeira com cobertura de palha. Ainda hoje a Ilha apresenta as suas casas típicas deste modo de construção que vem do início do povoamento. Estas casas são mais predominantes no concelho de Santana.

Dentre as influências sofridas, conta-se o uso de persianas de madeira; actualmente, com todos os confortos modernos, enceu-se nestas construções um período de exploração turística já bem internacionalizado.

Nos usos do «vilão» e da «viola», destaca-se a indumentária tradicional e nesta, quase sempre, o carapuço e as botas. «Mas donde veio aquela moda

dos carapuços? Do século XV provavelmente. A Madeira conserva de modo notável as tradições da descoberta. Coisas que em Portugal desapareceram sobreviveram na Madeira. Não seria aquele carapuço como que uma miniatura popular dos toucados da corte do século XV?», escrevia Pinheiro Chagas no seu «Álbum de Costumes Portugueses».

No traje tradicional da Ilha, seja do Caniçal, seja da Ponta do Pargo, estão sempre presentes as botas. Feitas de pele de cabra ou carneiro, utiliza-se para as solas a pele de boi. O cano vai até ao joelho e é

debruado com uma tira vermelha estreita.

FOLCLORE

Os agrupamentos mais importantes, com actuações no estrangeiro, junto das comunidades portuguesas emigradas, nomeadamente madeirenses, são o Grupo Folclórico do Funchal, constituído em 1966, e o Grupo Folclórico da Camacha, que se caracterizaram por uma excelente interpretação de canto e bailes tradicionais, sendo os mais notáveis: «Ala-Moda», «Chamarrita», «Baile Corrido», «Viuvinha», «Baile Pesado», «Baile das Escravas», «Mourisca», «Baile dos Canhas» e o tão vulgarizado «Bailinho da Madeira».

TRANSPORTES TÍPICOS

São transportes tradicionais, ainda hoje utilizados, em maior ou menor escala, a *rede*, o *carro de bois* e o *carro de cesto*, também conhecido pela designação de «carro do Monte». Outros transportes de passageiros, outrora usados, tais como o *palanquim*, o *carro americano* e o *caminho de ferro*, foram, naturalmente, substituídos pelo transporte automóvel.

Já que falamos de transportes, não queremos deixar de assinalar, na história da aviação civil portuguesa, um facto que está intimamente ligado à Ilha da Madeira.

Falamos da primeira travessia aérea Lisboa-Funchal, realizada num hidrovião tripulado por Sacadura Cabral, Gago Coutinho, Ortins Bettencourt e Souhيران — este último era o mecânico, de nacionalidade francesa — a 22 de Março de 1921.

A viagem fez-se entre Lisboa e o Funchal, sendo o aparelho da marca «Rolls-Royce», com dois motores e uma potência de 350 cavalos/hora.

Hoje, o Arquipélago possui dois modernos aeroportos, o do Porto Santo, inaugurado a 28 de Agosto de 1960, e o do Funchal, denominado de Santa Catarina, inaugurado a 8 de Julho de 1964.

INDÚSTRIAS

São indústrias típicas da Madeira o bordado, a obra de vime ou palha, a tapeçaria, a olaria e os embutidos em madeira. De todas elas destacamos o bordado, cuja exportação se





Pormenor do monumento ao navegador João Gonçalves Zarco, na cidade do Funchal



Casa de Colombo (Porto Santo)



Palácio do Governador, no Funchal

começou a efectuar por volta do ano de 1856 e ocupa lugar de vanguarda, já pela quantidade de pessoas que emprega na sua confecção, já pela procura que tem, quer no continente quer no estrangeiro.

A obra de vime, cujo centro é na Camacha, atingiu grande projecção, não só pela sua qualidade, mas também pela imaginação com que é trabalhado, não sendo raro o apreciador deparar com mobílias em vime dignas de figurar entre as melhores obras em madeira, nomeadamente conjuntos de cadeiras de jardim e mesas.

A beleza das flores madeirenses e a sua variedade transformou-as em mercadorias de exportação; destacamos, entre as principais variedades, a estrelicia, o antúrio, a orquidea e o sapatinho.

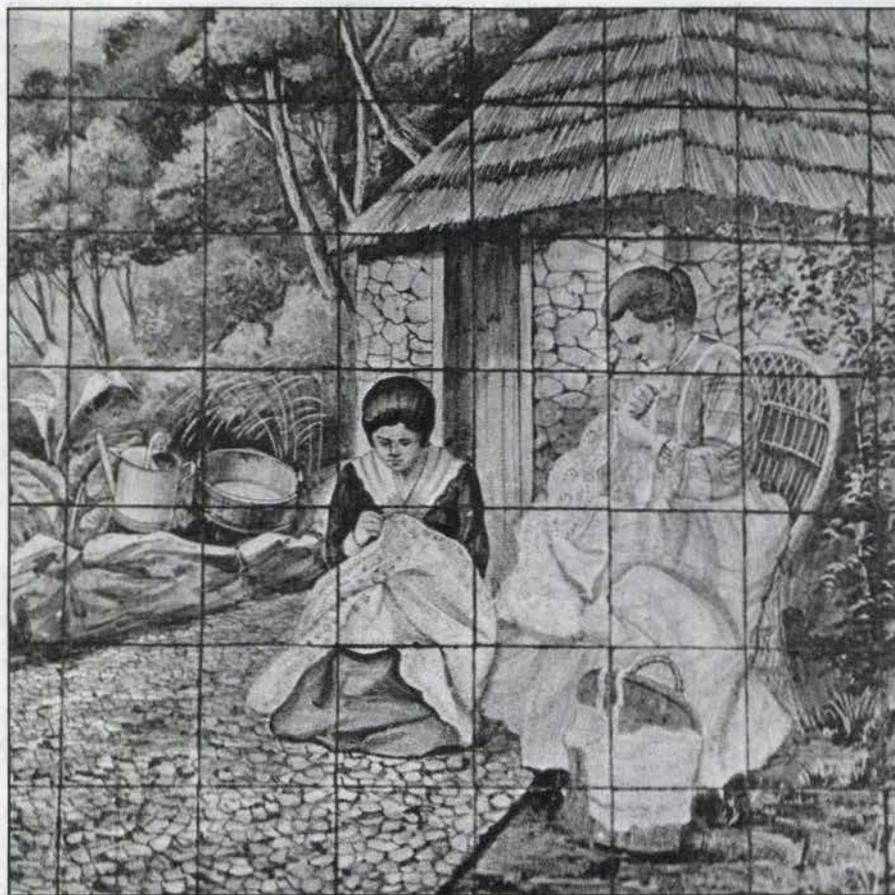
A pesca, constitui factor económico não menos relevante. No mar da Madeira, entre outras espécies, apanham-se o atum, a abrótea, cavala, cherne, dobrada, chicharro, pargo, garoupa, goraz, bicuda, etc. Igualmente de destacar, neste âmbito, o peixe-espada preto, espécie rara em qualquer parte do mundo e aqui muito vulgar, dada a profundidade das águas. Este peixe, de extraordinário sabor, é inofensivo aos doentes, com ele se confeccionando vários pratos. Quando adulto tem cerca de 1,20 m e um peso que vai até aos 2 quilos.

Do atum fazem-se os célebres bifés, especialidade da gastronomia madeirense, cozinhados com milho frito.

A NOITE DE S. SILVESTRE

Sendo a Madeira considerada, por excelência da natureza, ilha de inegáveis qualidades turísticas, a sua noite de S. Silvestre, ou passagem do Ano, tornou-se apreciada por inúmeros viajantes de diversos países. Ferreira de Castro, no seu livro «Eternidade», descrevia-a assim:

«Antes mesmo de cair a meia-noite sobre o último santo do calendário, portas e janelas da cidade, fossem de vivendas modernas, de antigos e austeros palácios ou pobres casebres, começavam a esparrinhár fogo na grande encosta, enchendo a escuridão de lumareus, fogachos rabiantes, rútilas serpentinhas, jactos de luz que se cruzavam, derramando estrelas e lágrimas, flamas de vida errante e efêmera».



Pormenor de um painel de azulejos sobre motivos madeirenses. Na imagem, além das bordadeiras — artesãs anónimas que contribuíram decisivamente para a projecção de que o bordado da Madeira disfruta em todo o Mundo, desde 1856, ano em que se iniciou a sua exportação —, poder-se-á realçar a presença das típicas casas com telhados de palha, tradição arquitectónica que encontra as suas raízes nos primeiros tempos do povoamento da ilha e que ainda hoje perdura, sobretudo no concelho de Santana.



PROGRAMA DE RÁDIO

DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO

PARA EMIGRANTES

FREQUÊNCIAS E HORÁRIOS DO PROGRAMA RADIOFÔNICO «PORTUGAL-78»
DIFUNDIDO PELA RDP EM ONDAS CURTAS:

EUROPA - 4.^{AS} FEIRAS - 19.15 h / 19.30 h (TMG)
freq.: 6025 KHz e 9740 KHz

VENEZUELA - 5.^{AS} FEIRAS - 0.45 h / 1.00 h (TMG)
freq.: 11875 KHz

E. U. A. - 4.^{AS} FEIRAS - 4.15 h / 5.00 h (TMG)
freq.: 5025 KHz

A RDP ESTÁ A ENVIDAR ESFORÇOS NO SENTIDO DE OBTER UMA MELHOR
COBERTURA PARA O BRASIL E CANADÁ, A CURTO PRAZO.

O acordo geral de cooperação entre Portugal e Angola decorre de um pacto novo que terá reflexos nas relações entre a Europa e a África, através do Presidente da República, general Ramalho Eanes, ao regressar de Iligan, onde manteve conversações com o chefe de Estado angolano, dr. Agostinho Neto, tendo como objectivo fortalecer as relações entre os dois países.



**PORTUGAL
E O MUNDO**

PROGRAMA DE HORAS DE TRABALHO E HORAS DE REPOZICAO
DEBEM SER FEITAS EM CASAS
ENQUANTO - 1ª FEIRA - 10h00h (TNG)
2ª FEIRA - 10h00h (TNG)
3ª FEIRA - 10h00h (TNG)
4ª FEIRA - 10h00h (TNG)
5ª FEIRA - 10h00h (TNG)
6ª FEIRA - 10h00h (TNG)
7ª FEIRA - 10h00h (TNG)

A NUNCA SE DEVEM DEIXAR DE TRABALHAR
COMO SE ESTIVESSEM A TRABALHAR
COMO SE ESTIVESSEM A TRABALHAR



CIMEIRA DE BISSAU:

ASSINADO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ANGOLA

«O acordo geral de cooperação entre Portugal e Angola decorre de um pacto novo que terá reflexos nas relações entre a Europa e a África», afirmou o Presidente da República, general Ramalho Eanes, ao regressar de Bissau, onde manteve conversações com o chefe de Estado angolano, dr. Agostinho Neto, tendo como objectivo normalizar as relações entre os dois países.

Cimeira de Bissau

Nas declarações prestadas aos jornalistas que o aguardavam, o Presidente Eanes começou por afirmar que foi a Bissau «seguro de interpretar os interesses reais e os sentimentos profundos do povo português».

No que respeita aos esforços para estabelecer a compreensão e a harmonia nas relações entre Portugal e Angola, Ramalho Eanes acentuou que tais objectivos servem, também, os interesses daquela antiga colónia portuguesa em África e do seu povo.

«É não parece ousado admitir que podem pesar igualmente na sorte das relações entre a África e o resto do mundo. Pela sua posição geo-estratégica, pela natureza da sua actual situação política interna e externa e pela intimidade secular com a realidade africana, Portugal está mais apto e vocacionado, do que a maior parte das nações, para compreender os anseios, a pujança e as potencialidades dos novos países de África», acrescentou Ramalho Eanes.

Para o Chefe de Estado «o espírito de Bissau simboliza a capacidade de assumir com realismo o passado, os seus erros e virtudes e de eleger sempre o diálogo e o entendimento como padrão de relações entre os Estados soberanos».

Proseguindo, o Presidente da República afirmou, nomeadamente:

«Baseamos as nossas relações com os novos países de língua portuguesa em regras tidas de respeito pela sua independência e de não ingerência nos seus assuntos internos. Mas temos a África no sangue. Amamos a África e sabemos que podemos estabelecer com as nações que utilizam a língua portuguesa relações modelares de cooperação. É também este o espírito de Bissau».

«PASSOS LENTOS MAS SEGUROS»

«Portugal e Angola decidiram oficialmente introduzir esse espírito na futura colaboração entre os dois países. Nesse sentido, demos em Bissau passos lentos mas seguros, para usar uma expressão grata aos africanos, mas passos suficientemente longos para se harmonizarem com as nossas tradições de povo vocacionado para criar e recriar, rapidamente, relações fraternais com os outros povos».

Ramalho Eanes disse, a concluir, que «o pacto de boa vontade a que chegámos e os instrumentos que decidimos utilizar para o tornar público, servirão tanto melhor os interesses recíprocos, quanto mais decididamente os dois povos decidirem incrementá-los na vida quotidiana».

«Espero que o espírito de Bissau — observou ainda o Presidente — nos permita superar os obstáculos vencidos ou previsíveis. Abrem-se novas perspectivas à cooperação entre Angola e Portugal, para benefício de ambos os países, da solidariedade internacional, da paz e da concórdia entre os povos».

Em Bissau, o primeiro encontro dos pre-

sidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto teve a duração de duas horas e destinou-se à análise das relações bilaterais, tendo sido debatidos problemas de interesse comum e reconhecida a necessidade de se proceder à assinatura de um acordo geral de cooperação. O presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral participaria na parte final deste encontro.

Ramalho Eanes e Agostinho Neto decidiram, posteriormente, efectuar nova reunião. Segundo círculos ligados às delegações presentes em Bissau, esta decisão não traduziu a existência de quaisquer dificuldades no andamento das conversações, mas apenas o desejo mútuo de debater o maior número de assuntos com a profundidade que a sua importância requeria. As mesmas fontes esclareceram, aliás, que houve entre os dois presidentes razoável identidade de pontos de vista em relação aos problemas discutidos, no desejo mútuo de transformar



Agostinho Neto em Bissau: «Um clima de amizade entre Portugal e Angola».

a cimeira de Bissau num processo de estabelecer a normalização das relações luso-angolanas.

Paralelamente, decorreram reuniões entre as delegações dos dois países, chefiadas pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, para análise do texto do acordo, cuja negociação havia sido anteriormente concluída em Luanda.

«PROMOVER A AUTÊNTICA FRATERNIDADE ENTRE OS DOIS POVOS»

No discurso que proferiu durante o jantar oferecido pelo presidente da Guiné-Bissau aos dois chefes de Estado visitantes, o general Eanes declarou que teria sido suficiente que a cimeira de Bissau, entre o chefe de Estado português e o presidente Agostinho Neto, da República Popular de

Angola, lhes proporcionasse «a oportunidade de afirmarem, com franqueza, as posições de ambas as partes, para que resulte evidente a possibilidade de conciliar as posições de dois países numa cooperação que possa testemunhar ou, pelo menos promover a autêntica fraternidade entre os dois povos».

Ramalho Eanes afirmaria, mais adiante, que Portugal está consciente «das dificuldades que, de um lado e de outro, ainda obstam ao desenvolvimento harmonioso» das relações mútuas. Essa problemática, salientou, não tem origem na diferença de regimes, mas antes resultou, «principalmente, das perturbações que ambos os países tiveram de atravessar».

A cimeira de Bissau, declarou o presidente português, «permitirá a dois Estados independentes e iguais afirmarem a seriedade da sua mútua disposição de entendimento sobre erros do passado e as diferenças do presente». Princípios que, aliás, salientou serem os que têm pautado as relações entre a Guiné-Bissau e Portugal.

Dirigindo-se ao presidente Agostinho Neto, o general Eanes abordou as dificuldades e perturbações verificadas nas relações luso-angolanas, mencionando alguns dos factores «que avolumaram os problemas que, em qualquer caso, acompanhariam o processo de descolonização». De entre estes, Ramalho Eanes referiu o regresso a Portugal de mais de 400 mil portugueses «que não puderam participar na construção de uma Angola independente», em muitos casos devido à «realidade política que antecedeu a definição do Estado de Angola».

Depois de salientar que Portugal se orgulha de ser, na Europa, «o País que mais extensamente reflecte a cultura angolana», o Presidente da República afirmou que «Portugal deseja apenas estabelecer com Angola formas de relação mutuamente vantajosas e de inteira reciprocidade».

Todavia — reconheceu o Chefe de Estado — a vontade política de Portugal e de Angola em conduzirem «as suas relações de acordo com os princípios éticos que devem regular a convivência entre Estados soberanos», não dispensa os dois países «de percorrer um caminho longo e difícil para vencer as sequelas de um período perturbado».

COOPERAÇÃO E AMIZADE

No uso da palavra, o presidente Agostinho Neto salientou que a vontade de Ramalho Eanes, «representando a vontade do povo português, de encontrar a solução adequada aos problemas discutidos durante o encontro, catalizou o sucesso posto em evidência no resultado das conversações para o início de uma prática de cooperação e o surgimento de um clima de amizade entre Portugal e Angola, entre os seus povos e Governos».

O dirigente angolano referiu, também, que a oportunidade criada por esta cimeira



Os presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto dirigem as sessões de trabalho, acompanhados por membros das respectivas delegações.



O presidente Luís Cabral lendo o comunicado conjunto luso-angolano e, à direita, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países procedendo à troca de protocolos.



Ramalho Eanes e Agostinho Neto cumprimentam-se no final da cerimónia de assinatura do acordo de cooperação luso-angolano.



tinha permitido instalarem-se os métodos e medidas para o desenvolvimento normal das relações entre os dois países. Agostinho Neto classificou ainda a cimeira de Bissau como um encontro que se situa «dentro da lógica dos fenómenos históricos», seguindo «a natureza do impulso humano para a coexistência».

O presidente da República Popular de Angola afirmaria, a terminar, que o seu país respeitará os compromissos assumidos em Bissau, que representam uma fase na compreensão e progresso de uma parte da humanidade.

Na sua qualidade de anfitrião dos chefes de Estado português e angolano, o presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, um dos principais obreiros desta cimeira, congratulou-se pelo sucesso da mesma e pelos progressos alcançados no decurso das conversações entre Ramalho Eanes e Agostinho Neto, e manifestou a convicção de que o entendimento criado em Bissau iria «inaugurar uma era de estreita e fecunda colaboração entre Angola e Portugal», frisando por outro lado, que, «na época em que vivemos, a interdependência das nações e a busca em comum das soluções para os problemas com que se defrontam os povos, são exigências da marcha para o progresso e da salvaguarda da paz», constituindo, assim, uma «exigência da humanidade».

A concluir, Luís Cabral manifestou a Ramalho Eanes e a Agostinho Neto os agradecimentos dos guineenses «pela prova de confiança com que nos distinguiram, aceitando a Guiné-Bissau como país de encontro», afirmando, também, que «a terra de Amílcar Cabral, o seu povo e os seus dirigentes permanecerão a seu lado, disponíveis para iniciativas que concorram para o estreitamento de amizade entre os povos, a cooperação, a paz e a amizade internacionais».

ÂMBITO DO ACORDO

Pela importância de que se reveste para

a compreensão dos resultados da cimeira de Bissau, resumimos, a seguir, alguns dos pontos mais importantes do «Acordo Geral de Cooperação», assinado por Ramalho Eanes e Agostinho Neto na capital guineense e que terá a duração de três anos, sendo renovável por períodos sucessivos de um ano.

Assim, Portugal e Angola prosseguirão uma política comum de cooperação em vários domínios, designadamente cultural, científico, técnico e económico.

Os dois países propõem-se celebrar, proximamente, um acordo cultural que, «com respeito mútuo das culturas portuguesa e angolana, visará o reforço e intercâmbio cultural e científico entre os dois povos, bem como a valorização da língua portuguesa no âmbito das relações internacionais».

O acordo prevê que as partes contratantes estudem esquemas para a prestação de trabalho por nacionais do outro Estado que se encontrem a exercer a sua actividade profissional nos respectivos territórios.

Para além da cooperação entre os serviços oficiais de Portugal e de Angola, o convénio refere também que irá ser celebrado um acordo comercial entre os dois países, tendo como objectivo equilibrar as relações económicas através do incremento das trocas comerciais recíprocas. Os transportes marítimos e aéreos serão igualmente objecto de um próximo acordo.

Fica ainda prevista a criação de uma comissão mista permanente de cooperação, composta por membros nomeados pelos dois Governos e que reunirá pelo menos uma vez por ano.

No final da cimeira, Ramalho Eanes e Agostinho Neto participaram numa conferência de imprensa, tendo o Presidente português anunciado que convidara o seu homólogo angolano a visitar oficialmente Portugal, convite que foi retribuído por Agostinho Neto em relação ao Chefe de Estado português. As datas das visitas serão marcadas oportunamente.

Neste encontro com os jornalistas, foi igualmente relevado que o presidente Luís Cabral convidou o general Eanes a visitar a Guiné-Bissau, o que deverá acontecer no início do próximo ano.

COMUNICADO CONJUNTO

No comunicado conjunto entretanto divulgado, afirma-se que, no decurso da cimeira de Bissau, «os dois presidentes e as suas delegações procederam a uma ampla apreciação das questões internacionais e das questões que interessam ao desenvolvimento das relações bilaterais e a uma franca troca de vista sobre a conjuntura internacional».

O documento refere, a seguir, que ficou acordado «promover a aproximação entre os dois povos na base dos princípios de respeito mútuo pela independência, soberania nacional, integridade territorial, igualdade e não ingerência nos assuntos internos».

As delegações de Portugal e de Angola concordaram, também, em pôr em execução «os mecanismos necessários à concretização da cooperação sectorial, prevista no acordo geral de cooperação» assinado na capital guineense, e adoptar medidas conducentes «ao desenvolvimento das trocas comerciais entre os dois países».

«As duas delegações», diz-se ainda no comunicado, «decidiram cooperar no repatriamento, no mais breve prazo possível, dos nacionais angolanos acolhidos em Portugal que desejem livremente regressar ao seu país».

Ficou também decidida a manutenção de consultas entre os dois Governos, sobre questões de interesse mútuo, «nomeadamente quanto a assuntos em discussão na ONU e noutros organismos internacionais».

Recorda-se que, antecedendo a cimeira de Bissau, fora dado um passo importante para a normalização das relações luso-angolanas através da nomeação do primeiro embaixador de Angola em Lisboa, Adriano Sebastião, que apresentou já credenciais na capital portuguesa.

Por outro lado, e ainda no âmbito das relações entre Portugal e Angola, é de salientar que, recentemente, a TAP e a sua congénere angolana, TAAG, assinaram um contrato de manutenção de aviões. Segundo este acordo, válido por três anos e renovável, caso não seja denunciado por uma das partes ou acordo mútuo em contrário, a TAP obriga-se a prestar serviços de manutenção dos reactores e acessórios dos aparelhos da TAAG por um montante anual de 67 mil contos, sendo o pagamento feito em dólares (1,5 milhões de dólares). Os referidos serviços serão prestados nas instalações da TAP, em Lisboa, podendo, eventualmente, vir a ser também efectuados em Luanda ou em pontos de escala dos aviões da TAAG ■

VISITA DE GISCARD D'ESTAING:

FRANÇA APOIA DEMOCRACIA PORTUGUESA

«Em França vive cerca de dez por cento da população de Portugal. Nós apreciamos a qualidade do seu trabalho, pelo que aproveito a oportunidade de estar aqui para lhe dirigir uma mensagem de afecto. Quaisquer que sejam as nossas dificuldades de emprego, garanto que nenhuma medida discriminatória será tomada contra a comunidade portuguesa que lá se encontra», afirmou o presidente Valery Giscard d'Estaing na conferência de imprensa realizada no Palácio de Queluz, no final da sua estada de três dias no nosso País.



Primeiro chefe de Estado francês a deslocar-se a Portugal desde 1905 — ano em que decorreu a visita do presidente Émile Loubet —, Giscard d'Estaing veio acompanhado nesta viagem pela sua esposa, por quatro ministros e por uma comitiva que integrava assessores e técnicos da presidência, e ainda numerosos jornalistas.

Em cerimónia efectuada no Palácio da Ajuda, o presidente francês condecorou o general Ramalho Eanes com a Grã-Cruz da Ordem Nacional da Legião de Honra, a mais importante condecoração da República Francesa.

Giscard d'Estaing acentuou, na ocasião, que «a amizade franco-portuguesa tem a dimensão histórica de um passado com mais de oito séculos e uma dimensão humana excepcional que advém da presença em França de uma comunidade portuguesa numerosa e activa, que goza da estima e simpatia dos franceses».

«Esta amizade» — salientou — «tem, desde a revolução que se desenrolou aqui há quatro anos, uma dimensão política nova. O povo português já fez a sua opção e ela está de harmonia com a da França: adoptou as instituições da liberdade, afirmou a sua vontade europeia, entendeu renovar a sua grande tradição universalista de abertura pacífica ao mundo».

Por seu turno, Ramalho Eanes afirmaria, durante a cerimónia de troca de condecorações, que a cooperação luso-francesa encontra, no momento presente, condições que se podem considerar privilegiadas».



O Presidente português, que agraciou Giscard d'Estaing com o Grão-Colar da Ordem do Infante D. Henrique, salientaria que tal cooperação se fundamenta em «interesses económicos e culturais comuns», destacando que as opções democráticas do povo português e a presença de muitos milhares de portugueses em França são factores que em muito contribuem para aproximar ainda mais os dois países.

«ESTRITA APLICAÇÃO DO ACORDO RELATIVO À EMIGRAÇÃO PORTUGUESA»

Na alocução proferida durante o banquete com que, mais tarde, obsequiou o

ilustre visitante, o Presidente Eanes recorreu que «Portugal tem hoje em França um décimo da sua população actual», acrescentando: «Esta situação, singular no mundo, única na Europa, gerou uma intensidade de relacionamento nunca dantes atingida».

«Orgulhando-se Portugal» — prosseguiu Ramalho Eanes — «da participação dos emigrantes no esforço de progresso que permitiu à França transformar-se numa potência económica e num país moderno e respeitado, não posso deixar de sublinhar que também nos congratulamos com o acto consequente consubstanciado na estrita aplicação do acordo relativo à emigração portuguesa. Instrumento base de uma política que deverá salvaguardar a segurança, o exercício dos direitos culturais e a integração dos emigrantes portugueses na sociedade francesa, o acordo assumiu assim igualmente o valor de um testemunho da estima da França pela grande comunidade dos nossos compatriotas — não somente como força do trabalho, mas outrossim pelas suas qualidades humanas».

Ao referir-se, mais adiante, ao processo de integração do nosso País na Comunidade Económica Europeia, o Chefe de Estado diria, nomeadamente:

«Portugal conhece os custos a pagar pela integração europeia, que todavia considera inelutável e, mais ainda, imprescindível. Espera, no entanto, que os países da CEE conhecendo por sua vez a situação portuguesa, não se eximirão a assumir os encargos necessários para possibilitar uma integração que a todos importa».

«O nosso País confia especialmente na vocação da França para projectar na Europa os ideais de justiça e fraternidade, apressando desse modo a generalização do progresso. A colaboração decidida da França no processo da nossa integração europeia é conforme à tradição do diálogo Portugal-Europa, que sempre passou pela França».

«UMA ETAPA PARTICULARMENTE POSITIVA»

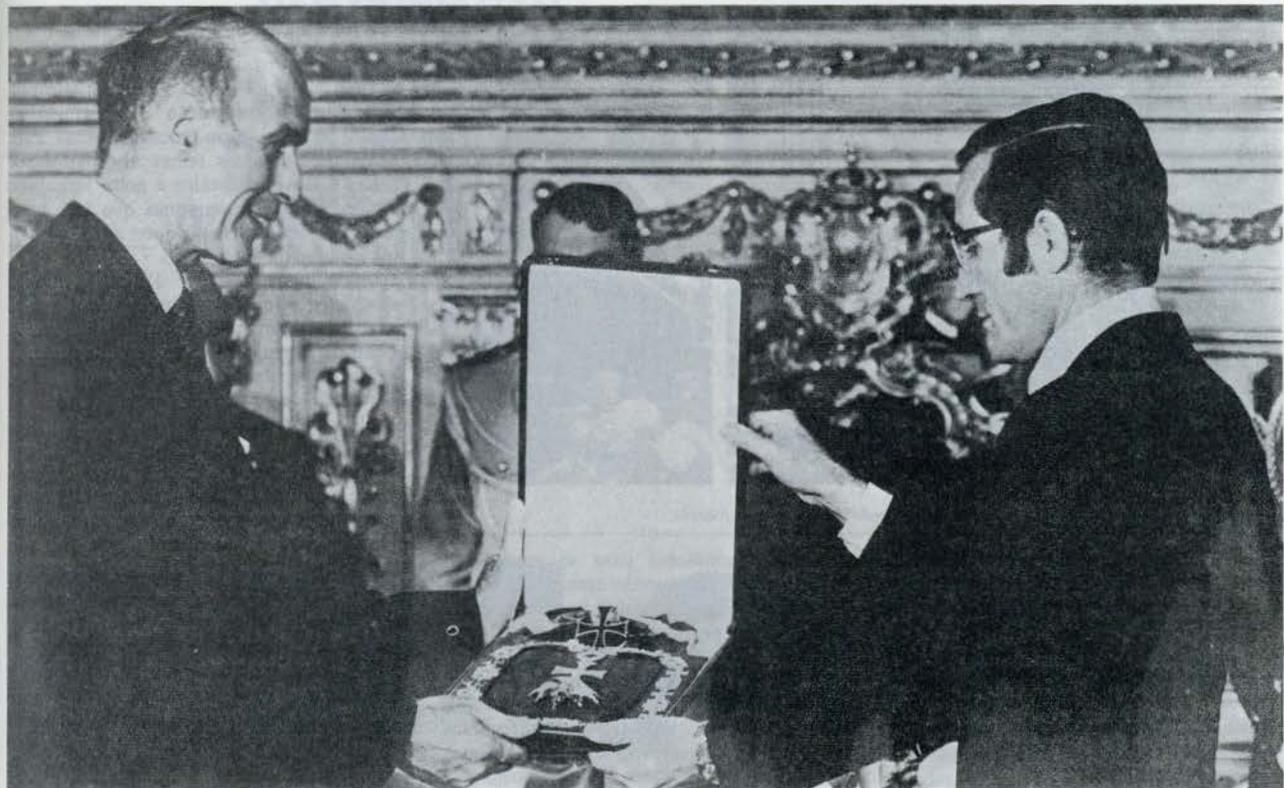
Falando a seguir, o presidente Giscard d'Estaing começou por se referir às relações luso-francesas, salientando que «não são os jogos de interesses nem as preocupações mercantis que aproximaram a França e Portugal, mas sim as afinidades de cultura, sensibilidade e aspirações».

«A democracia, a Europa, a paz e a compreensão internacionais — disse o presidente francês — são razões suficientes para que o diálogo amigável, entre Portugal e a França, encontre nas actuais circunstâncias ocasião para relançar uma cooperação mais activa. Será reapertando as suas relações bilaterais em todos os domínios, político, económico e cultural, que os nossos dois países encontrarão a maneira de fazer avançar as causas que lhes são comuns. A cordialidade do vosso acolhimento e a qualidade das nossas primeiras



As senhoras de Giscard d'Estaing e Ramalho Eanes.





Palácio da Ajuda: Giscard d'Estaing e Ramalho Eanes no decurso da cerimónia de troca de condecorações.



O presidente da Fundação Gulbenkian, dr. Azeredo Perdigão, com a senhora de Giscard d'Estaing.

conversações vêm-me confirmar a convicção de que a minha visita marcará, neste aspecto, uma etapa particularmente positiva».

No segundo dia da sua estada em Portugal, Valery Giscard d'Estaing recebeu o Primeiro-ministro português no Palácio de Queluz, residência oficial dos chefes de Estado em visita ao nosso País.

Depois da cerimónia de apresentação de cumprimentos por parte do corpo diplomático acreditado na capital portuguesa, o presidente francês teve um almoço íntimo com o general Ramalho Eanes e visitou a Câmara Municipal de Lisboa e a Assembleia da República.

Durante a curta cerimónia que teve lugar no salão nobre da Câmara Municipal, e respondendo ao discurso de boas-vindas proferido pelo presidente da edilidade lisboeta, Aquilino Ribeiro Machado, o chefe de Estado francês voltou a elogiar as qualidades dos portugueses que trabalham em França.

Giscard d'Estaing disse ainda que Lisboa era o símbolo do apego do povo português à liberdade e à democracia, e recordou que esta cidade «teve um lugar incomparável na grande aventura humana das descobertas». Ilustrando a coragem do povo de Lisboa, referiu a reconstrução da cidade, logo após o terramoto de 1755, com a ajuda dos arquitectos franceses que acorreram ao apelo do marquês de Pombal.

DISCURSO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Ao discursar na Assembleia da República — especialmente reunida para o receber —, Giscard d'Estaing prometeu aos parlamentares portugueses que interferiria pessoalmente no sentido de os nossos emigrantes em França não serem alvo de discriminação na sua dignidade ou no seu trabalho, acentuando, a propósito, que a importância da comunidade portuguesa naquele país advinha não só do seu número, mas também «do exemplo que dá das qualidades do seu povo, do concurso que presta à nossa actividade nacional e da dimensão

humana e popular que traz ao conjunto das nossas relações».

O presidente da República Francesa referiu depois «o estreito parentesco» que une o seu país a Portugal, pois, segundo afirmou, «o gosto pela liberdade, o sentido da justiça, o valor que damos acima de tudo à dignidade do Homem, pertencem ao nosso fundo comum e compõem a atmosfera moral de que necessitamos para respirar».

«É isto — acrescentou — que explica o interesse apaixonado e fraterno que despertou na opinião francesa a notícia de que Portugal tinha voltado a ser uma terra de liberdade».

A finalizar, Giscard d'Estaing considerou que, ao retomar o lugar que lhe pertence no concreto das nações, «abrem-se perspectivas positivas ao Portugal democrático, moderno e pacífico que todos desejam».

O presidente francês ofereceu, mais tarde, um jantar em honra do general Ramalho Eanes, na Embaixada de França.

REUNIÕES MINISTERIAIS

O ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Louis de Guiringaud, teve, entretanto, conversações com o seu homólogo português, durante uma reunião que decorreu no Palácio das Necessidades. Segundo uma nota oficial, estas conversações revestiram-se de um «carácter profundo e cor-



Assembleia da República: duas imagens da recepção ao presidente francês.

dial» e incidiram sobre a problemática internacional, tanto europeia como africana. A par deste encontro, realizou-se uma sessão de trabalho entre delegações dos dois países, para discussão de assuntos de interesse bilateral. Entre estes figuravam questões relativas aos portugueses residentes em França, com especial relevo para os problemas de escolaridade, alojamento e formação profissional.

Alice Saunier-Seité, ministro francês para as Universidades, teve, por seu lado, um encontro com o titular da pasta da Educação e Cultura, para uma troca de impressões sobre experiências pedagógicas e problemas educacionais dos dois países. A cooperação em matéria de investigação científica e a escolaridade das crianças portuguesas que vivem em França foram temas igualmente abordados.

As exportações portuguesas para França, principalmente de têxteis, vinho do Porto e conservas de peixe, constituíram o assunto dominante na reunião realizada entre o ministro do Comércio Exterior de França, Jean-François Deniau, e o seu colega português, reunião que, tal como as anteriores, se inseriu no programa de contactos da comitiva ministerial que acompanhou o presidente Giscard d'Estaing na sua visita a Portugal.

Ainda neste âmbito, decorreu, também, um encontro entre o ministro francês da Indústria e Tecnologia, André Giraud, e o seu homólogo português. Da agenda constavam os projectos Renault, energético, pirites, petroquímica, siderurgia, metalomecânicas e indústrias ligeiras. Estes temas foram debatidos não só na perspectiva do desenvolvimento da cooperação entre os dois países, mas também da adesão de Portugal à CEE.

Relativamente ao projecto Renault — que, como já foi noticiado, visa o estabelecimento, em Portugal, de unidades fabris para fabrico de peças e montagem de automóveis daquela marca francesa —, foi verificado estarem

criadas as condições para se proceder à assinatura de um acordo complementar ao convénio rubricado no ano passado, de modo a definir os prazos de implementação do projecto.

No domínio energético, foram debatidas as políticas dos dois países, dada a similitude da situação de carência de recursos próprios, e analisadas as diferentes formas alternativas de energia (solar, nuclear e outras) que podem contribuir para a resolução do problema.

Paralelamente a esta série de contactos entre responsáveis governamentais dos dois países, o embaixador de França e o ministro português da Reforma Administrativa assinaram um acordo relativo à cooperação no sector da administração pública.

«COINCIDÊNCIA DE PONTOS DE VISTA»

No último dia da sua estada em Portugal, Giscard d'Estaing teve nova reunião com o Presidente Ramalho Eanes, recebendo, depois a colónia francesa residente em Lisboa. Em Sintra, o Primeiro-ministro ofereceu, mais tarde, um almoço em honra do chefe de Estado francês.

«A especificidade do caso português» no processo de integração na Comunidade Económica Europeia, foi reconhecida pelos presidentes de Portugal e da França, durante a segunda sessão de conversações, a sós, realizada no Palácio de Belém.

Segundo o comunicado divulgado pela Presidência da República no final da reunião, houve ainda «coincidência de pontos de vista» entre os dois chefes de Estado «quanto à participação de Portugal em todas as instituições comunitárias durante a fase de transição» que se seguirá à adesão do nosso País à CEE. Por último, o documento refere que «os dois presidentes exprimiram a sua congratulação pela cordialidade e pelos resultados das conversações» realizadas.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

A defesa dos interesses dos emigrantes portugueses em França, a política europeia em África, a integração de Portugal na CEE e a ajuda económica ao nosso País, foram os principais temas abordados por Valéry Giscard d'Estaing e pelos jornalistas na conferência de imprensa que teve lugar no Palácio de Queluz, pouco antes da partida do presidente francês.

Em síntese, Giscard d'Estaing dividiu em quatro pontos as principais conclusões da sua viagem. No primeiro incluiu «a opção de Portugal no que respeita à democracia pluralista»; no segundo, «a orientação escolhida pelos dirigentes portugueses, e pela maior parte dos seus partidos políticos, quanto à integração de Portugal no Mercado Comum»; no terceiro, a «necessidade expressa de uma íntima colaboração para a resolução dos problemas económicos e sociais que se fazem sentir nos dois países»; e no quarto, a problemática dos emigrantes portugueses em França.

O presidente francês recordaria, a propósito da admissão de Portugal no Mercado Comum, que, desde há vários anos, «é orientação fundamental da política francesa o desejo de alargar a CEE em direcção ao Sul». «Estou também convencido», acrescentou, «de que quando a população francesa for consultada, responderá também, na sua maioria, que é favorável a esse alargamento».

«A FRANÇA NÃO FECHARÁ A PORTA DA HISTÓRIA»

Giscard d'Estaing salientaria, no entanto, a desigualdade dos níveis de desenvolvimento de Portugal e dos «Nove», bem expressa no facto de o Produto Nacional Bruto (PNB) do nosso país não representar mais do que um por cento do PNB do conjunto dos países da CEE. Por outro lado, disse ainda, existem problemas sectoriais, nomeadamente no que se refere à agricultura e à indústria. Contudo, sublinhou Giscard d'Estaing, «a França não fechará a porta da História».

Referindo-se depois às questões económicas, especificamente, o presidente da República Francesa revelou que haviam sido concluídas as negociações relativas à concessão a Portugal de créditos suplementares, por parte da França, quer através da banca privada, quer de empréstimos estatais.

Giscard d'Estaing anunciaria, mais adiante, que tais créditos se concretizarão no decurso dos próximos dois anos, devendo atingir somas equivalentes a 100 milhões de dólares, cerca de quatro milhões e meio de contos.

O chefe de Estado francês confirmou ainda aos jornalistas que convidara o presidente Ramalho Eanes a visitar oficialmente a França e que o convite fora aceite. A visita deverá efectuar-se no próximo ano.

PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA CONFERÊNCIA DOS PODERES LOCAIS E REGIONAIS DA EUROPA



Aquilino Ribeiro Machado, Alberto João Jardim e Mota Amaral.

Os delegados à 13.ª Sessão da Conferência dos Poderes Locais e Regionais da Europa, que decorreu em Estrasburgo, aprovaram uma proposta para a próxima realização de uma cimeira de chefes de Governo dos 20 países membros do Conselho da Europa.

A proposta, apresentada à Conferência pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Aquilino Ribeiro Machado, e aprovada por unanimidade, estabelece que a referida cimeira terá como objectivo o estudo dos «problemas que provocam à unidade europeia os desequilíbrios crescentes entre regiões desfavorecidas e regiões ricas, entre regiões periféricas e regiões centrais».

Comentando a audiência que o seu documento teve junto de todos os delegados, Aquilino Ribeiro Machado afirmou à agência Anop que «se torna necessário alargar o diálogo Norte-Sul, no sentido de assegurar uma mais ampla tomada de consciência dos problemas que suscita a des-

metria de desenvolvimento entre as zonas mais ricas dos países pertencentes à CEE e as zonas menos favorecidas da Europa».

O presidente da Câmara de Lisboa considerou ainda que o alargamento do diálogo subentende, no caso português, «entre outros factores, a compreensão para a vantagem

e urgência na sua aceitação como membro de pleno direito das Comunidades Europeias».

Na opinião de Aquilino Ribeiro Machado, na referida reunião dos chefes de Governo deverá ser estabelecida «uma plataforma de diálogo em que o problema da ajuda das instâncias europeias ao desenvolvimento técnico, económico e social do País se processe através de canais mais empenhados do que até agora».

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS ILHAS ATLÂNTICAS

Por seu turno, o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, que também se deslocou a Estrasburgo, apresentou ao plenário da Conferência dos Poderes Locais e Regionais uma proposta de resolução, cujo texto inicial era da autoria do presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, e que foi depois modificado de acordo com as sugestões apresentadas por delegados de vários países, nomeadamente pelos representantes espanhóis das ilhas Canárias. Alberto João Jardim considerou importante e decisivo para a real dimensão e configuração da Europa que a Conferência se ocupe da promoção económica e social das comunidades insulares atlânticas.

O projecto apresentado pelo presidente do Executivo madeirense não foi alargado a todas as regiões insulares, a fim de ser evitado qualquer conflito em relação a Chipre.

Esta proposta foi admitida sem qualquer contestação e transitou para a Comissão dos Problemas Regionais e Ordenamento do Território, onde Portugal dispõe de um único lugar, de que é titular efectivo o presidente da Câmara Municipal de Lisboa e suplente o presidente do Governo Regional dos Açores, que também tem direito a participar nas subcomissões.

O presidente do Governo Regional da Madeira passou a efectivo da Comissão das Estruturas e Finanças Regionais e Locais, onde Portugal dispõe de dois lugares, sendo o outro ocupado pelo representante do PCP.

Assim, a Conferência dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, nos termos da proposta apresentada e admitida, vai analisar a situação dos arquipélagos atlânticos, inclusivamente no plano institucional. A proposta sugere ainda que o Conselho da Europa adopte medidas que permitam solucionar os problemas das regiões e promovam a sua ligação efectiva à Europa, bem como a participação das respectivas populações no ideal da união europeia.

Entretanto, os delegados a esta Conferência pronunciaram-se, também, sobre a participação do indivíduo na vida pública e sublinharam a necessidade da descentralização das tarefas administrativas ao nível infracomunal, através da criação de conselhos de bairro e de uma maior abertura da administração através de audiências públicas. ■

CONSELHO DA EUROPA

ORGANIZOU EM LISBOA
COLÓQUIO SOBRE
«O CINEMA E O ESTADO»



As medidas a tomar para a defesa do cinema são, acima de tudo, de carácter económico, embora o cinema, enquanto facto económico, escape às leis da economia. Esta uma das conclusões do colóquio sobre «O Cinema e o Estado», que decorreu em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, sob os auspícios da Comissão de Cultura e Educação da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Durante a conferência de imprensa realizada no final dos trabalhos, foi afirmado que a crise mundial que o cinema atravessa se deve, fundamentalmente, à diminuição do número de espectadores e à «crise de talento» que afecta os cineastas. Neste âmbito, falou-se ainda da concorrência da televisão, por um lado, e na falta de «universalidade» dos temas de parte dos filmes, por outro lado.

Como exemplo, foi indicado que, em média, de cada dez filmes produzidos na Europa, só um tem audiência internacional.

Das diferentes comunicações e trocas de pontos de vista que se verificaram durante este colóquio, os participantes concluíram que «como arte e valor cultural que é, o cinema faz parte do património artístico de um país», pelo que os Estados devem tomar medidas que permitam manter a pluralidade da expressão cinematográfica nos diversos países europeus.

Com efeito, o problema da invasão do mercado da Europa pelo cinema americano e a criação de um cinema europeu que possa competir com aquele, foi um dos temas mais debatidos durante o colóquio, apontando-se, como exemplo, que a Europa produz cerca de 600 filmes por ano e faz com eles menos receitas do que a América, com os 150 filmes que exporta anualmente para o mercado europeu.

A ruptura entre os cineastas e o público e o papel do Estado nesse contexto, o cinema como factor educativo e as funções da televisão, foram outros temas abordados pelos cerca de 150 participantes — repre-

sentando os 20 países membros do Conselho da Europa —, entre os quais se contavam parlamentares europeus, responsáveis governamentais e profissionais de cinema (realizadores, actores, produtores, distribuidores e exibidores)■

ONU PARTICIPA EM PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO



Foram assinados, em Lisboa, os protocolos de oito projectos de cooperação entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo português. Para a concretização destes projectos o PNUD contribuirá com cerca de 98 mil contos e o Governo português com 226 mil contos.

Os projectos de cooperação técnica referentes ao movimento cooperativo, formação profissional e aperfeiçoamento de gestores, serão postos em prática através do Bureau Internacional do Trabalho (BIT). Os restantes projectos ligam-se a diversos sectores de actividade, nomeadamente ao desenvolvimento das pescas na zona económica exclusiva, drenagem de solos no Alentejo, combate à poluição do ar, fluoridação das águas e estabelecimento de sistemas de informação industrial.

«Mais importante do que o dinheiro concedido é a excelente cooperação que se tem registado entre Portugal e as Nações Unidas», disse o representante do PNUD, Jean Petitpierre, no final da cerimónia de assinatura dos acordos.

Aquele técnico das Nações Unidas anunciou que a ONU espera nos próximos anos poder contar com a colaboração de Portugal para o auxílio aos países do Terceiro Mundo, já que, segundo disse, «graças à sua experiência secular», o nosso país está «parcialmente bem colocado» para trabalhar com a Organização em tal domínio.

PROJECTO DE SANEAMENTO DO ESTUÁRIO DO TEJO

Jean Petitpierre revelou, também, que, dentro de pouco tempo, será assinado um novo acordo de cooperação entre Portugal e o PNUD tendo como objectivo o saneamento do estuário do Tejo. Este projecto

terá um financiamento do PNUD no montante de meio milhão de dólares, o qual irá permitir a realização de um estudo científico. «A partir daí», acrescentou Jean Petitpierre, «os municípios da área do estuário do Tejo poderão fazer investimentos com vista à evacuação de águas utilizadas, à luta contra a poluição, ao abastecimento de água, auxílio às actividades piscatórias, etc., que não podem ter lugar enquanto não se conhecer o comportamento do estuário».

O representante do PNUD informou, por outro lado, que as Nações Unidas estão a efectuar diligências com vista a dotar o Instituto Cooperativo António Sérgio (INSCOOP) de um computador que irá funcionar como banco de dados. Quando em funcionamento, este computador poderá igualmente analisar a participação das cooperativas na economia portuguesa e programar as actividades do sector cooperativo.

O QUE É O PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que vai contribuir para a execução dos referidos projectos, é um órgão subsidiário da Assembleia Geral daquela organização internacional e tem como objectivo principal o auxílio aos países em vias de desenvolvimento, no sentido de acelerar o seu progresso económico e social, através da prestação de assistência técnica, baseada nas prioridades nacionais de desenvolvimento.

O PNUD actua neste âmbito como autoridade coordenadora das diversas agências especializadas das Nações Unidas, designadamente da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A assistência é prestada ao país que a solicitou através da atribuição de um montante determinado para um período de cinco anos. O Governo do país que solicitou o auxílio elabora, então, um programa ajustado ao montante que lhe foi atribuído, integrando o conjunto de projectos para cuja execução foi requerida a assistência técnica. Este programa deverá, em seguida, ser aprovado pelo Conselho Administrativo do PNUD, que é composto por representantes de 48 países.

Os projectos agora assinados com o PNUD integram-se no programa de cooperação entre o nosso País e aquele organismo das Nações Unidas, que consiste na doação a Portugal de um montante superior a quatro milhões de dólares (cerca de 1,8 milhões de contos), destinados à prestação de assistência técnica por agências especializadas da ONU a projectos apresentados pelo Governo português durante o período de 1977 a 1981. Todavia, o auxílio da ONU a Portugal elevar-se-á a cinco milhões de dólares, uma vez que o Fundo das Nações Unidas para as Actividades Populacionais deverá ainda financiar um projecto de Governo sobre planeamento familiar.■

VIAGEM DO SPORTING À CHINA

O presidente do Sporting, João Rocha, considerou que a digressão que a equipa de futebol do seu clube efectuou à República Popular da China e a Macau constituiu «um sucesso desportivo». «Cumprimos integralmente com aquilo que esperávamos e que era esperado de nós», declarou João Rocha aos jornalistas.



Estádio dos Operários (Pequim): A equipa sportinguista e a selecção chinesa antes do início do jogo

Por seu turno, o prof. Veiga Simão, conselheiro da comitiva sportinguista nesta deslocação, classificou a viagem como «uma jornada admirável ao serviço de um dos mais nobres e elevados ideais humanos: a aproximação e o entendimento entre os povos».

Reconhecendo que a digressão do Sporting contribuiu para o estabelecimento de relações diplomáticas entre o nosso País e a República Popular da China, Veiga Simão salientou o modo como a delegação foi recebida pelo povo e pelas autoridades chinesas e sublinhou: «Estou seguro de que os intercâmbios entre os dois povos se seguirão e que serão frutíferos para bem da comunidade internacional».

Finalmente, o dr. Carlos Ricardo, da Associação Democrática de Amizade Portugal-China, depois de assinalar a satisfação daquela Associação pelo êxito desta

digressão desportiva, frisou que a viagem da equipa de futebol do Sporting à República Popular da China não foi obra de um homem ou de uma organização, mas sim o resultado de um esforço colectivo, acrescentando que «esta viagem foi um sucesso, também, porque ela era um desejo do povo português e do povo chinês».

Carlos Ricardo referiu ainda que «durante a viagem foram tratados muitos aspectos ligados ao intercâmbio desportivo entre Portugal e a China, que agora se iniciou com a digressão do Sporting, e o sucesso desta viagem teve como resultado a certeza de que outras viagens se seguirão, em termos de reciprocidade», nomeadamente a que se relaciona com a anunciada deslocação da equipa de andebol do Benfica.

A concretização deste intercâmbio depende da realização de contratos entre as várias autoridades envolvidas, mas Carlos

Ricardo acentuou que a deslocação dos andebolistas do Benfica poderá ser uma realidade a curto prazo.

O dirigente da Associação Democrática de Amizade Portugal-China anunciou, também, que está prevista a deslocação, a Portugal, da selecção de futebol chinesa, no âmbito do intercâmbio desportivo agora iniciado entre os dois países.

Além de João Rocha e de outros dirigentes do clube, fizeram parte da comitiva sportinguista que se deslocou à China e a Macau o prof. Veiga Simão, o treinador jugoslavo Milorad Pavic, técnicos da equipa «leonina» e diversos profissionais da imprensa. Os 19 jogadores que participaram na digressão foram Meneses, Ademar, Botelho, Vitor Manuel, Cerdeira, Barão, Jordão, Manuel Fernandes, Valter, Inácio, Artur, Murça, Freire, Laranjeira, Ailton, Manuel, Vitor Gomes, Isaias e Mota. Carlos Ricardo e Joaquim Mourato, em representação da Associação de Amizade Portugal-China, acompanharam a comitiva do Sporting nesta viagem.



Pequim: O presidente do Sporting, João Rocha, com um dos jogadores da selecção chinesa.

No primeiro jogo que disputou em Pequim, o Sporting venceu a selecção chinesa de futebol por 2-0. O primeiro golo foi obtido por Ailton, aos 35 minutos da primeira parte, num remate de cabeça a concluir um «centro» de Artur. Na segunda parte surgiria o segundo golo dos «leões», na transformação de um livre directo. O jogo realizou-se no «Estádio dos Operários», perante 80 mil espectadores.

No segundo encontro amigável disputado na capital chinesa, o Sporting empatou, sem golos, com a selecção de Pequim.

A digressão prosseguiria com a realização, em Macau, de um jogo frente à selecção local, tendo o Sporting vencido por 5-1. Durante a sua estada naquele território sob administração portuguesa, a comitiva sportinguista foi recebida pelo governador, coronel Garcia Leandro, e visitou a cidade e as ilhas de Taipa e Coloane. ■

ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO CANADÁ

As crianças filhas de emigrantes portugueses podem aprender oficialmente, a partir deste ano, a língua portuguesa. Esta iniciativa pertence ao Ministério da Educação do Quebeque e insere-se no projecto de ensino das línguas de origem, cujas linhas gerais foram definidas no «Livro Verde sobre a Educação».

Com este projecto, o Ministério da Educação propõe-se oferecer, numa primeira fase, o ensino de três línguas de origem a três grupos étnicos diferentes: português, italiano e grego.

O projecto destina-se a crianças de seis anos e terá continuidade até ao fim do ensino primário, podendo, eventualmente, estender-se ao ensino secundário.

O programa para o ensino de Português foi oficialmente aceite, em Junho passado, pelo Ministério da Educação do Quebeque. O projecto para o ensino da língua grega não foi aceite, em virtude de não estar de acordo com as exigências formuladas.

PORTUGAL RATIFICOU A CONVENÇÃO EUROPEIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portugal ratificou a Convenção Europeia de Assistência Social e Medicamentosa e um protocolo adicional. Através desta convenção, que entrou em vigor no passado mês de Agosto, os Estados signatários comprometeram-se a prestar assistência social e medicamentosa, em determinadas circunstâncias, a cidadãos dos outros países contratantes, igual à que é prestada aos seus próprios cidadãos.

O documento foi igualmente ratificado pela Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Holanda, Islândia, Irlanda, Itália, Inglaterra, Luxemburgo, Malta, Noruega, República Federal da Alemanha, Suécia e Turquia.

Portugal assinou ainda uma outra convenção do Conselho da Europa que visa acelerar a evolução e harmonização de diferentes legislações nacionais sobre a adopção de crianças.

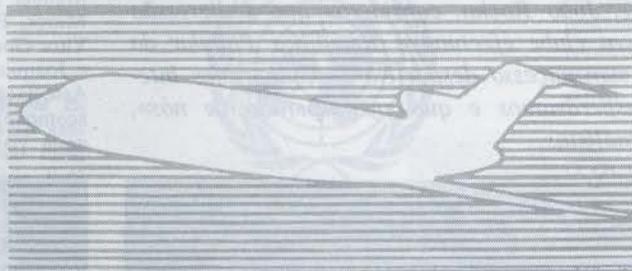
NOVA EDIÇÃO POLACA DE «OS LUSIADAS»

Uma nova edição — a terceira — de «Os Lusíadas» assinalará, em 1980, na Polónia, a passagem do quarto centenário da morte de Luís de Camões. O referida edição, em língua

polaca, do célebre poema épico de Camões, encontra-se já em preparação, segundo anunciou uma delegação de editores da Polónia que recentemente se deslocou ao nosso País.

TAP INAUGUROU LINHA AEREA LISBOA-LUXEMBURGO

1.º VOO OPO/LUX



TAP - 19/6/1978

Carimbo dos CTT, comemorando a inauguração pela TAP do voo Lisboa/Porto/Luxemburgo.

A TAP inaugurou recentemente a linha aérea Lisboa-Porto-Luxemburgo, a quinta nova ligação este ano estabelecida por aquela companhia portuguesa. No voo inaugural participaram, entre outras personalidades, o ministro dos Transportes e Comunicações, o presidente da TAP e o director-geral da Aeronáutica Civil.

A nova carreira aérea para o Luxemburgo assume particular importância dado o elevado número de portugueses que trabalham naquele País, onde, com as respectivas famílias, constituem aproximadamente dez por cento da população.

Durante a sua breve estada no grão-ducado, o ministro dos Transportes e Comunicações avistou-se com o seu homólogo luxemburguês, Josy Barthel, com quem debateu, entre outros assuntos, a possibilidade de exportação de tecnologia da TAP para a transportadora aérea do Luxemburgo, no que respeita à assistência dos aviões em terra. De salientar, a este propósito, que o pessoal do aeroporto luxemburguês é formado, na sua

quase totalidade, por trabalhadores portugueses.

Referindo-se à nova ligação aérea, durante a recepção oferecida pela TAP, o presidente da companhia, Monteiro da Silva, afirmou que a carreira Portugal-Luxemburgo irá promover «o mais fácil intercâmbio entre os povos dos dois países, o que vem de encontro ao objectivo da construção de uma Europa cada vez mais unida, proporcionando aos portugueses que vivem no Luxemburgo, e que constituem um sector importante dos estrangeiros que aqui labutam, a possibilidade de uma ligação mais directa quando desejarem matar saudades da terra e dos seus parentes e amigos».

Monteiro da Silva, na sua curta alocução, disse também que «a TAP está a ser profundamente renovada e modernizada» e revelou que «várias acções vão ser tomadas para dar uma nova imagem à empresa».

A terminar, o presidente da TAP agradeceu às autoridades luxemburguesas o apoio que têm vindo a prestar à transportadora aérea portuguesa.

TÉCNICA PORTUGUESA PRESIDE A COMITÉ DO CONSELHO DA EUROPA

Pela primeira vez, uma mulher foi eleita para a presidência de um comité de trabalho do Conselho da Europa. Trata-se da representante de Portugal, dr.^a Helena Torres Marques, director-geral da Acção Regional e Local do Ministério da Administração Interna.

À importância da eleição, pela primeira vez, de um representante do nosso país para a presidência de um comité do Conselho da Europa junta-se, assim, o facto de, também pela primeira vez, uma mulher ocupar a presidência de um comité daquele Conselho.

O referido comité é constituído por peritos em actividades económicas e sociais e integra-se na comissão dirigente dos assuntos regionais e municipais do Conselho da Europa, a qual tem, como objectivo principal, o incremento da participação dos cidadãos nos problemas da administração local. A eleição abrange um período de dois anos.

ACORDO COMERCIAL ENTRE PORTUGAL E A UNIÃO SOVIÉTICA

Foi assinado, em Moscovo, um acordo entre a Câmara de Comércio e Indústria da URSS e o Fundo de Fomento de Exportação que visa o desenvolvimento do comércio entre Portugal e a União Soviética. No âmbito deste acordo os dois países comprometeram-se, nomeadamente, a contribuir para a organização de feiras comerciais e industriais, exposições, simpósios e o intercâmbio de peritos e representantes de empresas.

Uma missão comercial da URSS esteve, entretanto, no nosso país, tendo visitado, entre outras empresas, os estaleiros da Lisnave, da Setenave e de Viana do Castelo, bem como a Mague. Durante a sua estada em Portugal aquela missão teve ainda conversações com os secretários de Estado da Marinha Mercante e do Comércio Externo.

Viaje com segurança!



de automóvel, de avião, de comboio
a pé ... ou de bicicleta!

sempre que se desloque, nas suas férias,
a Portugal leve consigo a

Caderneta de Assistência Turística Internacional

para portugueses
residentes em França

Especialmente preparada para si, pelo

AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL

esta caderneta garante-lhe as seguintes regalias:

- 1 • Assistência e protecção jurídica
- 2 • Repatriamento do titular —
no caso de doença ou ferimentos
ou por indisponibilidade do veículo
- 3 • Repatriamento do veículo —
em caso de acidente,
avaria grave,
roubo do veículo ou
incapacidade do condutor
- 4 • Reboque do veículo
- 5 • Despesas médico-hospitalares até 1500 F.F.
- 6 • Repatriamento do cadáver do titular,
seja qual for a causa da morte
e o país onde ela ocorra

E TORNA-O AUTOMATICAMENTE SÓCIO DO ACP

Informe-se e adquira, em França: General Europeia, S.A., 67 Boulevard Haussmann, Paris 75008
Banque Franco Portugais d'Outre-Mer 8, Rue du Helder, Paris 9.ème e suas agências em França.

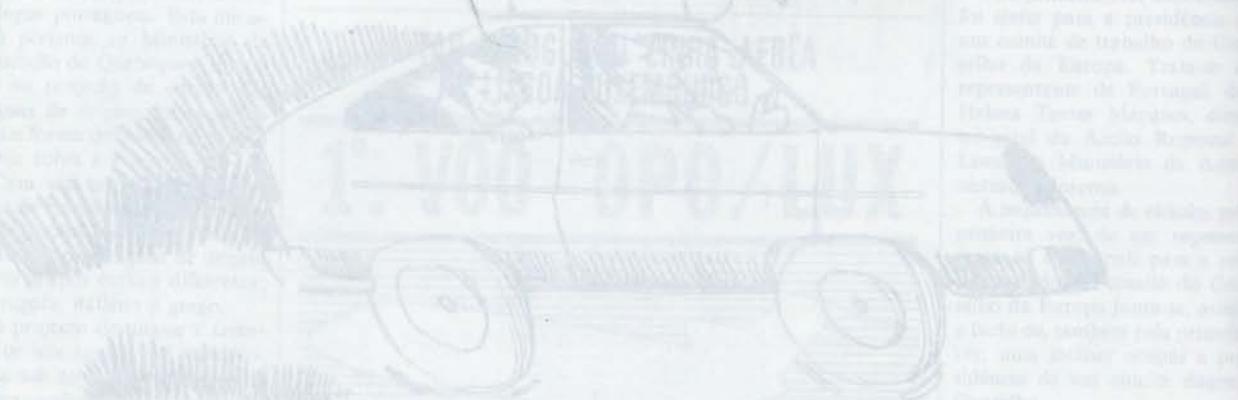


Segurança no Canadá

As recentes tensões de segurança em Portugal pedem a maior atenção, a partir de agora, a segurança e a defesa dos seus interesses. Isto implica a participação de todos os cidadãos e a cooperação de todos os órgãos de segurança.

com segurança

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.



Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.

Visão do Conselho da Europa

Para primeiro vez, uma reunião de alto nível para a discussão de um plano de trabalho de longo prazo da Europa. Trata-se de representantes de Portugal de António Tavares, diretor de Relações Exteriores do Estado Português.

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.

COMUNIDADES PORTUGUESAS

AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL

Este é um dos temas mais importantes da segurança nacional. A segurança é um dos pilares da nossa sociedade e a defesa dos seus interesses.



MENSAGEM DE JOÃO LIMA AOS PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

«No momento em que abandono as minhas funções governamentais como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, envio uma palavra de esperança e de encorajamento a todos os compatriotas que labutam no estrangeiro e que, sem dúvida, hoje como amanhã, constituem e constituirão um substracto importante e imprescindível da coesão do todo nacional e da própria sobrevivência da Pátria.

Desprezados por uns, adulados por outros, aproveitados por uns tantos, os emigrantes portugueses seguirão o seu rumo de coragem e com a sua conduta e o seu denodo no trabalho e na honradez das suas esperanças, serão um exemplo de coerência para os portugueses no seu conjunto e um incentivo à mobilização das forças pátrias para a construção final de um Portugal democrático, justo, próspero e orgulhoso da sua existência como Estado e Nação civilizada.

A todos os compatriotas emigrados, razão de ser e objectivo do meu trabalho, o meu sincero bem-haja!

JOÃO LIMA

«MISS CABRILLO-78» EM LISBOA



Diana Fernandes (Miss Cabrillo-78), em Lisboa.

Esteve em Lisboa Diana Fernandes, eleita «Miss» Cabrillo-78, em concurso realizado pela comunidade portuguesa, em San Diego, estado da Califórnia. Diana Fernandes, que incluiu os Açores e Madeira nesta sua viagem a Portugal, foi recebida pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, eng.º Aquilino Ribeiro Machado.

Diana Fernandes é filha de pais madeirenses, naturais do Orco da Calheta e, desde pequena, apesar de em casa ter aprendido a língua e cultura portuguesa, pormenor que respeita como importante veículo e presença lusa em terras do oeste americano, segundo declarou à imprensa, formou-se em cultura espanhola, tendo lembrado algumas das figuras da literatura do país vizinho que mais a tocam, facto que se deve, salientou, aos estudos da língua e cultura portuguesa estarem limitados à área de Los Angeles, universidade de Santa Bárbara, apesar de muitos núcleos de portugueses se encontrarem radicados noutras áreas deste estado americano. A jovem, natural de Point Loma, San Diego, que conta vinte e dois anos de idade, veio a Portugal a convite da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, sendo acompanhada por Mary Rosa Gigitto, presidente do «Festival Cabrillo», que todos os anos se realiza na Califórnia, evocando a chegada àquelas paragens de João Rodrigues Cabrillo, em 1542.

ENCERRAMENTO DA VI SEMANA DE EMIGRAÇÕES

Em Fátima, milhares de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo, participaram na peregrinação que encerrou a «VI Semana Nacional de Emigrações», promovida pela Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Emigrações. Presidiu aos actos litúrgicos o presidente da Comissão Episcopal das Migrações e bispo auxiliar de Lisboa, D. António dos Reis Rodrigues.

À homilia, D. António dos Reis Rodrigues, evocou a memória de Paulo VI, «a quem se deve toda a modernização da pastoral dos emigrantes», e disse do interesse da Igreja pelos problemas da emigração.

Acentuou, ainda, que os emigrantes deixaram as suas terras «porque não quiseram, a seus olhos, continuar a ter uma vida medíocre», e por isso saíram do seu país, «a fim de se realizarem como homens», frisou que o fenómeno emigratório que se acentua, é, no entanto, testemunho de liberdade e de universalidade.

SEMANA DO EMIGRANTE PROMOVIDA PELA CGTP/IN

A CGTP/IN programou uma série de iniciativas que incluíram colóquios, festas-convívio e espectáculos sob a designação de «Semana do Emigrante» com realizações diversas em Lisboa, Figueira da Foz, Póvoa de Varzim, Viseu, Nisa, Vieira de Leiria, Sesimbra, Faro, Alpiarça e Furdadoiro. Carlos Paredes, Adriano Correia de Oliveira, Carlos do Carmo, Zeca Afonso, Ary dos Santos, Manuel Freire e muitos outros dos mais representativos artistas e cantores portugueses participaram nestes espectáculos. Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Viseu organizou, nesta cidade, um Encontro de Emigrantes. Tendo por lugar uma zona duramente atingida pela emigração, este Encontro, teve por fim dar «a conhecer em Portugal a verdadeira situação dos emigrantes».

Segundo os organizadores da



«Semana do Emigrante», cujo lema foi «Na unidade dos trabalhadores forjar o regresso e o futuro», ela foi importante para demonstrar que só a unidade dos trabalhadores portugueses emigrados pode criar as condições para debelar o fenómeno da emigração.

ENCONTRO DE QUADROS DO PS PARA A EMIGRAÇÃO

Quadros do Partido Socialista para a emigração, reuniram-se na cidade de Leiria no âmbito de um encontro sobre emigração. No referido encontro foi aprovada uma moção de apoio «à linha política definida pela Co-

missão Nacional» deste partido no que respeita à crise política. Participaram no encontro os dirigentes do PS, Pedro Coelho, João Lima, Maldonado Gonelha, Eduardo Pereira e militantes das federações da França, Alemanha, Benelux e Estados Unidos da América.

OUTRAS INICIATIVAS DEDICADAS A EMIGRANTES

Em diversas localidades do norte do País, inúmeras festividades populares integraram iniciativas dedicadas aos emigrantes. Foram o caso de S. Torcato e Fermentões, no concelho de Guimarães, Vieira do Minho,

onde o jornal «O SALTO», periódico de trabalhadores emigrados, se associou à comissão de festas local para promover diversos actos subordinados ao tema, «Emigrante ajuda a construir o teu País». Também em Gondifelos, no concelho de Fomalhão, o «Dia do Emigrante» integrou um festival internacional nocturno. Por seu lado o Grupo Recreativo da Cruz de Pedra, subúrbios de Guimarães, dedicou uma festa aos seus associados emigrantes, sendo inaugurada uma exposição fotográfica e projectado o filme «Deus, Pátria e Autoridade». Nas Caldas das Taipas, durante uma festa os emigrantes ofereceram uma viatura à corporação dos Bombeiros Voluntários locais.

AUSTRÁLIA

RÁDIO ÉTNICA DISTINGUE PORTUGUESES



O ministro australiano da Imigração cumprimentando Fernando Nóbrega (foto de «O Português na Austrália»).

No âmbito do terceiro aniversário da Rádio Étnica Australiana (2EU), emissora ao serviço de todas as comunidades residentes em New South Wales, o ministro da Imigração Australiana, Sr. Mackeller atribuiu um emblema comemorativo a todos os coordenadores e locutores dos programas desta estação. Pela parte das comunidades portuguesa e brasileira receberam emblemas Fernando Nóbrega, director e coordenador do programa de rádio em língua portuguesa neste país, e Teresa Nóbrega locutora do mesmo programa.

BRASIL

SEMANA LUSIADA

Por resolução da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro foi instituída a «Semana Lusíada» no Brasil.

Transcreve-se, a seguir, o texto da resolução referida:

«Art.º 1.º — Fica incluída, no calendário de eventos da Assembleia Legislativa, a Semana Lusíada a ser comemorada, anualmente, entre 6 e 13 de Junho, tendo como ponto alto o dia de Santo António.

— Art.º 2.º — Para registar o transcurso do dia 10 de Junho a Assembleia realizará, em cada ano, uma sessão solene em homenagem a Portugal e a Luis de Camões».

I FESTIVAL PORTUGUÊS E INTERNACIONAL DO BRASIL



Simbolo do programa «Caravela da Saudade».

O programa televisivo português, «Caravela da Saudade», realizou aquilo que considera «o maior festival português e internacional do Brasil». Efectivamente, tratou-se de gigantesca iniciativa englobando desfiles e exposições de todos os ranchos folclóricos das diversas agremiações portuguesas radicadas neste país, desfiles de motivos regionais de ambos os países, fados de Coimbra, parada das bandeiras de Portugal, representação de um quadro histórico inspirado no «milagre das rosas» da rainha Santa Isabel e proclamação das «rainhas» da comunidade portuguesa e luso-brasileira. Neste festival participaram, também, agrupamentos folclóricos de Espanha, Itália, Estados Unidos, Japão, Israel, Hungria, Polónia, Ucrânia, Lituânia e Líbano.

EUA

NEW BEDFORD

Quarenta por cento dos alunos diplomados, este ano, no liceu da cidade de New Bedford, são de origem portuguesa.

New Bedford, situada no estado de Massachusetts, é importante entreposto da indústria algodoeira e alberga populosa comunidade de residentes portugueses que ali trabalham desde há muito.

A referida comunidade, calculada em cerca de 50 mil pessoas, constitui um terço da população local e está organizada em

diversas colectividades e associações mutualistas, culturais e recreativas.

DISTINÇÃO HONORÍFICA PARA O ARCEBISPO DE BOSTON



Cardeal Humberto Medeiros, arcebispo de Boston.

O Arcebispo de Boston, cardeal Humberto Medeiros, recebeu o título de doutor «honoris causa» pela Universidade de Northeastern, na cidade da sua arquidiocese. O título foi-lhe atribuído pela sua actividade em prol da comunidade e na defesa dos direitos humanos e civicos das minorias étnicas, nomeadamente a favor dos trabalhadores agrícolas de origem mexicana, durante o período em que foi bispo de Bronsville, no Texas.

MONTEPIO LUSO-AMERICANO



Sede do «Montepio Lusó-Americano», New Bedford (foto do jornal «Portuguese Times»).

Instituições portuguesas e luso-americanas, criadas nos inícios do século, quando aos Estados Unidos chegavam as primeiras

levas de emigrantes portugueses originários nomeadamente dos arquipélagos de Açores e Madeira — encontram-se em vias de festejar quase a centena de anos de existência. Destacamos, por ora, o nonagésimo aniversário do Montepio Lusó-Americano.

Em cerimónia evocativa onde foram lembrados os esforços ao serviço da comunidade de alguns dos seus antigos directores, numa tradição mutualista bem típica na comunidade portuguesa desses tempos, esta instituição reafirmou-se pela sua vitalidade e razão de existir nos 90 anos da sua actividade.

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

Um grupo de portugueses perententes a uma comissão de naturais das Caldas da Rainha residentes nos Estados Unidos, vai angariar fundos para ajudar a construção do novo edifício dos Bombeiros Voluntários das Caldas da Rainha. Os fundos serão depositados no Clube de Elizabeth.

FRANCA

ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTUGUESA DE CHOISY-LE-ROI

Esta associação foi criada em 1974, com o objectivo de solucionar o problema do ensino do português no seio da comunidade residente naquela localidade francesa, segundo afirmou ao mensário «O Salto» a direcção da A. C. P. de Choisy-le-Roi. Entretanto, este problema, não obstante terem sido apenas nove as pessoas a encabeçar a iniciativa, encontra-se solucionado. A municipalidade local concedeu, mais tarde, instalações que esta associação utiliza para o citado fim. E um mês após o início da promoção, já existiam 80 sócios. Esta associação afirma ter finalidade predominantemente cultural, contando-se, entre as actividades das suas secções, um laboratório de fotografia, sessões de cinema com entradas livres, uma biblioteca, teatro infantil, serviço de informação e permanência de assistência social aos domingos à tarde. A A. C. P. encontra-se aberta todas as terças-feiras das 17 às 20 horas e domingos à tarde.

FRANÇA

O TRABALHADOR

MENSUEL DE LA CGT POUR LES TRAVAILLEURS PORTUGAIS N° 90 - 1 F



Fotoes extraídas do montagem áudio-visual editado pela C.G.T. (em árabe, português, turco e francês - duração 15 minutos)
A commander à la C.G.T., 213, rue Lafayette - 75010 PARIS.

«Fac-símile» do jornal «O Trabalhador», editado em português pela CGT francesa.

Começamos a receber na nossa redacção o jornal «O Trabalhador», publicação mensal da CGT francesa, editada em língua portuguesa e, obviamente, dedicado aos milhares e milhares de trabalhadores portugueses que residem em França. Com sede no n.º 213 da rua Lafayette (75010 — Paris), a publicação continua, assim, uma larga tradição de sindicalismo, sendo redigida por trabalhadores sindicais

e, portanto, estreitamente ligados aos problemas e reivindicações dos seus sectores de laboração. A par de todo o interesse de carácter sindical, o jornal «O Trabalhador», insere nas suas colunas informações úteis à comunidade portuguesa em geral, particularmente legislação recente sobre tudo o que concerne os direitos e regalias dos emigrantes.

PORTUGUESES OS DE MELHOR NÍVEL PROFISSIONAL

Um inquérito do Ministério do Trabalho francês indica que os emigrantes de nacionalidade portuguesa são aqueles dentre todos os trabalhadores estrangeiros residentes neste país, os que beneficiam de melhor nível profissional. Segundo a mesma fonte, 53,6 por cento dos imigrantes portugueses têm habilitações profissionais superiores à generalidade dos operários estrangeiros, que se situam em grande parte no grupo dos não especializados — «manoeuvres»

e «OS». Com percentagens inferiores situam-se os espanhóis, 42,3 %, e os italianos, 35,1 %. Jugoslavos, turcos e polacos, encontram-se em graus médios, e os africanos, incluindo os do Magreb, nas últimas posições.

Apesar de ter diminuído em cerca de 15 % o número de trabalhadores estrangeiros em França, de 1973 a 1976, a comunidade portuguesa é ainda a mais numerosa, com 27,7 % do total dos trabalhadores estrangeiros residentes em França.

RFA

DIA DO «CIDADÃO ESTRANGEIRO»



Simbolo para o «Dia do Cidadão Estrangeiro», comemorando na Alemanha.

Realizou-se neste país uma jornada de convívio dedicada aos quatro milhões de estrangeiros que ali residem, entre os quais se contam cerca de 100 mil portugueses, a quem naturalmente interessou a celebração deste dia.

«A vida em comum com pessoas doutras nacionalidades como Gregos, Italianos, Jugoslavos, Espanhóis, Turcos, Africanos, Asiáticos, Portugueses e outros, oferece a possibilidade de reciproco enriquecimento religioso e cultural ao mesmo tempo que nos ensina que os problemas politico-sociais não poderão ser resolvidos separadamente mas sim em comum. Assim, o aumento sempre crescente de desemprego, que é motivo de preocupação para todos, exige uma resposta que ultrapasse as fronteiras nacionais, e em espírito de autêntica solidariedade.

Sob o lema «unidos construiremos o futuro», pretendeu-se chamar a atenção, de modo especial, para a grave situação das famílias estrangeiras e respectivos filhos.

A maior parte das crianças estrangeiras não atinge o fim da escolaridade obrigatória. Não vêem qualquer futuro para si próprias, vivem no medo e na incerteza à espera de mais justiça. Os cristãos têm o grave dever de se empenhar na procura de soluções para tais necessidades existentes no seio da própria nação.

Lia-se no texto comum difundido pela Conferência Episcopal Alemã, a Igreja Metropolitana Grega-Ortodoxa e o Conselho da Igreja Evangelista da Alemanha, que fizeram deste dia um grande encontro entre alemães e estrangeiros, contributo notável para maior união no futuro.

VENEZUELA

«UNIÃO CICLISTA PORTUGAL»



Equipa da «União Ciclista Portugal» de Caracas (foto da revista «30 Dias»).

A «União Ciclista Portugal», agremiação dedicada a esta modalidade desportiva, prepara-se para as comemorações do seu 30.º aniversário, que se celebrará durante o presente ano. Esta agremiação, fundada em Fevereiro de 1948, conta com diversos troféus alcançados no ciclismo desportivo venezuelano.

A «União» participou, por ocasião do seu aniversário, na

prova «Los Proceres», disputada antes de se iniciarem os «sprinters» da «Seleção Nacional de Venezuela», onde competidores, entretanto escolhidos, dão relevante brilho a este festival de ciclismo. Várias instituições e agremiações luso-venezuelanas, assim como a Embaixada de Portugal em Caracas, ofereceram troféus comemorativos desta participação «lusitana» na popular prova.

O deputado Theodoro da Silva (PSD) enviou ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração do II Governo Constitucional o seguinte telegrama:

«Protesto veemente mais uma vez revista Comunidades da Secretaria de Estado Emigração completo desprezo actividades deputados dos emigrantes omitindo como sempre suas intervenções Assembleia República particularmente sessão comemorativa dia das comunidades

Theodoro da Silva.»

Publicamos a seguir o telegrama de resposta do dr. João Lima ao referido protesto:

«Acuso veemente protesto V. Ex.^a, dele tomando nota, como aliás é hábito desta Secretaria de Estado.

Permito-me, todavia, sublinhar a V. Ex.^a que critérios sobre estrutura Revista competem exclusivamente ao Governo atendendo natureza oficiosa publicação. Lastima-se porém que actividade deputados dos emigrantes na Assembleia da República se cifre por protestos e não se salde por actividade legislativa concreta favorável às comunidades que certamente teria bastante mais utilidade na concretização da política nacional do que textos de oratória, certamente de mérito, mas de resultados concretos duvidosos.

De todo modo, ordenarei publicação telegrama de V. Ex.^a, bem como presente resposta, Revista citada.

Melhores cumprimentos.

a) JOÃO LIMA»

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração»

«Tenciono voltar definitivamente para Portugal lá para o fim do ano e dedicar-me à agricultura. Como aqui tenho facilidade em comprar um tractor usado, gostava que me informassem se no caso de eu o comprar para depois levar para aí, teria de pagar direitos alfandegários na fronteira, e quanto.

A. F. C. (Luxemburgo)»

Só no acto do despacho das mercadorias se torna possível determinar, com precisão, a classificação pautal que lhes é atribuível e os direitos devidos pela sua importação.

Todavia, a título exemplificativo, esclarecemos que se for um tractor agrícola, nas condições da posição pautal 87.01, a sua importação está sujeita a taxa em vigor que é, na presente data, de \$12 (doze centavos) por quilograma, no caso de beneficiar da pauta mínima.

Levamos ainda ao seu conhecimento que o tractor poderá ser livre de direitos de importação desde que, no acto do despacho, seja apresentado certificado emitido pela competente

autoridade do país de origem que dê direito à aplicação do regime pautal da CEE.

Quer se trate de um tractor novo ou usado, o seu desalfandegamento está condicionado à apresentação do boletim de registo de importação (BRI) a emitir pela Direcção-Geral do Comércio Externo, entidade junto da qual poderá indagar da viabilidade de obtenção do aludido documento.

«Estando eu e minha esposa interessados na compra de um «direito a herança» que consta de duas pequenas casas e um terreno em Faro (Algarve) desejava saber como posso fazer essa compra, legalmente, estando o vendedor aqui radicado e por ser pessoa de idade avançada já não tenciona voltar ao País. Pretendia saber: poderei fazer a compra pagando aqui a quantia respeitante? Tendo inquilinos as casas e rendimento o terreno, posso contar como meu depois de comprado? Ou há qualquer lei que me proíba de o ser? Tendo eu um procurador em Portugal poderei efectuar todos os

documentos de compra através do mesmo?

J. A. C. (Austrália)»

Uma vez que nos declara que tem um procurador em Portugal, tudo se processaria mais facilmente se o vendedor também passasse uma procuração a uma pessoa da sua confiança, as quais celebrariam a respectiva escritura de compra e venda. O senhor poderá efectuar o pagamento na Austrália, mas a sisa terá que ser paga cá na competente Repartição de Finanças.

Para a elaboração dos documentos necessários e no caso de lhe surgirem dúvidas, aconselhamo-lo a dirigir-se ao consulado mais próximo da área da sua residência.

Quanto ao problema dos arrendatários, junto se enviam duas Notas Informativas, uma aplicável a arrendamentos de prédios urbanos e consequentes acções de despejo e a outra sobre arrendamento rural, contendo as mais recentes disposições legais nestas matérias; na realidade os requisitos exigidos, nomeadamente prazos legais, diferem consoante o tipo de contrato existente.

«Trabalhei cerca de 4 anos em França e vim para Portugal em 1973. Informaram-me que tinha direito ao reembolso das contribuições feitas em França. É isto verdade?

A. L. R. D. (Guimarães)»

Os descontos feitos pelo trabalhador para a segurança social francesa não podem ser reembolsados nem podem ser objectos de transferência para Portugal.

Serão, porém, tomados em consideração para a verificação do direito a pensão de velhice ou sobrevivência, sendo para esse efeito totalizados com os descontos eventualmente feitos em Portugal.

O trabalhador deve conservar em seu poder os documentos comprovativos da sua actividade profissional em França, tais como certificados de trabalho de cada empresa onde trabalhou e o cartão de matrícula na segurança social («carte diimmatriculation et d'affiliation»).

Se desejar esclarecimentos mais pormenorizados, deverá dirigir-se à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, Rua da Junqueira, 112 — Lisboa-3.

OS LEITORES
ESCREVEM

OS LEITORES
ESCREVEM

CIRCUITO DE CINEMA DE SENEÉ



Das imagens de «O Mal Amado».

«O MAL AMADO»



Fernando Matos Silva.

«O MAL AMADO» é um dos filmes de longa metragem realizados antes de 25 de Abril de 1974 e que a censura proibira.

O argumento, da autoria do próprio realizador, Fernando Matos Silva, é comentado por um crítico cinematográfico, Jorge Leitão Ramos, da seguinte forma: «O Mal Amado» nasce de uma

ideia, à partida, brilhante. Um jovem universitário activista, de uma família tradicional (isto é, baseada na Ordem e na Autoridade), falhado nos estudos entra na dita «vida prática» e vai ser corrompido pela própria chefe do seu serviço. É esta ideia (o poder corrompe os próprios subordinados) que vai servir de base a um esbracejar cada vez mais voltado para a ironia e para a sátira e que culmina na morte (os incorruptíveis, apelidados de traidores, não são permitidos). O poder não é, no entanto, ele mesmo desalienado. O pai trabalha sobre a sombra tutelar de um busto do ditador de Santa Comba Dão, a chefe agarra-se a um «herói» mitificado, seu irmão morto em África. O grotesco deste mito sobe de intensidade até explodir, no que ele tem de mais perverso, na cena, intolerável, em que João vestido com a farda do irmão morto faz amor com a chefe;

enfim, clarifica-se a tara monstruosa do fascismo; o poder de uma ideia «putrefacta».

Ficha técnica e artística:

PRODUÇÃO:

Centro Português de Cinema
ANO DE PRODUÇÃO:
1972

REALIZAÇÃO E ARGUMENTO:

Fernando Matos Silva

DIRECTOR

DE FOTOGRAFIA:

Manuel Costa e Silva

FOTOGRAFIA:

P & B

MÚSICA:

Luís de Freitas Branco

Principais intérpretes:

Maria do Céu Guerra
João Mota
Zita Duarte
Fernando Gusmão
Helena Félix

AOS ASSINANTES DA REVISTA

Solicita-se aos assinantes ou interessados na assinatura da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», o favor de observarem o seguinte:

1. Toda a correspondência deve ser enviada para:
Revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas»
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.
Palácio das Necessidades, 1.º Piso, Largo do Rilvas, Lisboa-Portugal.
2. Os documentos para pagamentos (cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos a:
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.
3. Não esquecer que o destinatário e o remetente **devem** ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.

PREÇO DAS ASSINATURAS

12 NÚMEROS

Portugal e Espanha	300\$00
Outros países (excluindo França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Inglaterra)	400\$00

As importâncias das assinaturas podem ser enviadas em escudos ou no correspondente aproximado em moeda estrangeira.

MUITO IMPORTANTE

- A expedição da revista para fora de Portugal é feita por via aérea. Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a revista noutra local, comunique o mais rapidamente possível.
- Nas renovações de assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante.

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração. Para o efeito, envio a importância de\$ (.....)

NOME

MORADA

LOCALIDADE

PAÍS

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

**SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO**

**Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
Lisboa-Portugal**



MADEIRA

PORTUGAL